

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

ATA N° 075 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RENE BARBOUR (*AD HOC*)  
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO  
2° SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE (RENE BARBOUR) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão, e suspendo-a, por motivos técnicos, por quinze minutos. (SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:49 HORAS E REABERTA ÀS 09:02 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO RIVA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito à Consultoria Técnico-Jurídica que entre em contato com o Deputado Benedito Pinto para que entregue à Mesa Diretora a LDO hoje, impreterivelmente, sob pena de nós a reconstituirmos.

Com a palavra, o Sr. 2° Secretário, para a leitura da Ata.

(O SR. 2° SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE JUNHO DE 1999, ÀS 09:00 HORAS.)

O SR. 2° SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1° Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO - 1°) "Ofício/GG/DAD/043/99, datado em 24 de junho de 1999, do Exm° Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exm° Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Riva.

'Senhor Presidente:

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a Mensagem n° 24/99, acompanhada do Projeto de Lei que 'dispõe sobre a criação de cargos comissionados, altera nomenclatura, institui subsídio e dá outras providências.'

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado"

MENSAGEM N° 24/99

Excelentíssimo Senhor Presidente,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Tenho a honra de colocar à apreciação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei que ‘dispõe sobre a criação de cargos comissionados, altera nomenclatura, institui subsídio e dá outras providências.’

A presente proposição objetiva reorganizar as atividades de apoio ao Chefe do Poder Executivo. A reestruturação do Gabinete e do Cerimonial visa adequar os serviços de apoio às reais necessidades da demanda que o crescimento da organização requer, acompanhando o impulso a que as atividades econômicas, sociais e políticas chegaram no contexto regional. Essas providências devem, portanto, tornar mais ágil o atendimento às instituições constituídas que procuram o Governo, disponibilizando tempo e melhor tratamento.

A proposta almeja, também, corrigir a situação daqueles profissionais que servem ao Governo, de modo a melhorar o padrão da contrapartida financeira, adequando a remuneração com a experiência profissional desses servidores, disputados, também, por um mercado altamente competitivo.

Ainda, o reaparelhamento dos órgãos citados trará substancial melhoria no atendimento à imprensa e às atividades relacionadas com o cerimonial do Governo e às ações ligadas à segurança de autoridades participantes de eventos oficiais.

De outra parte, a presente iniciativa não poderia deixar de preencher uma lacuna existente no âmbito da administração pública, que atinge profissionais de elevado nível exercendo cargos de confiança. Via de regra, para a função de Subsecretário, são recrutados profissionais de outras áreas, vindos especialmente de empresas privadas, que lapidam técnicos dentro de um mercado altamente competitivo, capazes de otimizar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros.

Presentemente, no contexto da administração do Executivo Estadual, esses profissionais são em número de dezesseis, respondendo pelo gerenciamento técnico e administrativo de todos os órgãos da Administração Direta e pela interligação do titular dessas pastas com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e com todos os segmentos da sociedade civil organizada. O dispêndio mensal do Governo Estadual com esses servidores corresponde a 0,0619% da folha.

Destaco, finalmente, que a proposta não trará impacto significativo à folha do Executivo, que deverá ficar nos limites negociados pelo Estado com o Tesouro Nacional, dentro do acordo do ajuste fiscal e do Programa de Reforma do Estado.

Quanto à opção contida no Artigo 4º do presente Projeto, é tão somente repetição do dispositivo mandamental já existente na Lei Complementar nº 59, de 03 de fevereiro de 1999, dirigido ao servidor público estadual, civil e militar, investido nos cargos comissionados de DGA-2 e, agora, DGA-3.

Animado, assim, pelo evidente espírito público que sempre reinou no âmbito das decisões dessa augusta Assembléia, proponho à deliberação dos eminentes Deputados o presente Projeto de Lei, na certeza de ser mais uma vez distinguido com a sua aprovação, solicitando, outrossim, que a tramitação se faça nos termos do Artigo 41 da Constituição Estadual.

Acolho do ensejo para reiterar aos ilustres membros dessa Casa protestos de alta consideração e apreço.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 24 de junho de 1999.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

Dispõe sobre a criação de cargos  
comissionados, altera a nomenclatura,  
institui subsídio e dá outras  
providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam criados, na Estrutura Organizacional da Casa Civil, os seguintes cargos comissionados:

- I - 09 (nove) cargos de Assessor Especial I, Nível DGA-3;
- II - 01 (um) cargo de Chefe do Cerimonial do Governo, Nível DGA-3;
- III - 04 (quatro) cargos de Assessor Especial II, Nível DNS-1;
- IV - 04 (quatro) cargos de Assessor, Nível DAS-4;
- V - 07 (sete) cargos de Assistente Técnico, Nível DAS-2;
- VI - 04 (quatro) cargos de Assistente de Gabinete, Nível DAS-1.

**Art. 2º** Os atuais ocupantes dos cargos comissionados, Nível DGA-2, de Presidente de Autarquias, Fundações Públicas, Corregedor Fazendário, Comandante-Geral da Polícia Militar, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Diretor-Geral da Polícia Judiciária Civil, Corregedor da Procuradoria-Geral do Estado, Corregedor da Defensoria Pública, Assessor Especial I, Chefes dos Escritórios de Representação do Estado de Mato Grosso-ERMAT, Chefe de Gabinete do Governador e Reitor da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso, passam a usar a simbologia de Direção Geral e Assessoramento, Nível DGA-3.

**Parágrafo Único** O subsídio dos cargos comissionados, Nível DAG-3, fica fixado em R\$ 3.424,09 (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e nove centavos).

**Art. 3º** Para os cargos comissionados de Subsecretário de Estado, Subprocurador da Procuradoria-Geral do Estado e Subdefensor da Defensoria Pública, Nível DGA-2, fica fixado seu subsídio em R\$ 3.913,90 (três mil, novecentos e treze reais e noventa centavos).

**Art. 4º** Ao servidor público, civil e militar, investido nos cargos comissionados de DGA-2 e DGA-3, de que trata a presente lei, é facultado optar pelo subsídio deste ou pela remuneração de seu cargo efetivo.

**Art. 5º** Os demais cargos comissionados ora criados serão remunerados de acordo com a Tabela Salarial vigente no Estado.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.”

E ainda: 2º) “Ofício da Câmara Municipal de Cáceres, solicitando processo de revisão territorial do recém-emancipado Município de Curvelândia, até Glória do Oeste;

3º) Ofício do DNER em resposta à Indicação de autoria do Deputado José Carlos Freitas, Líder do PPB;

4º) Ofício do DVOP em resposta à Indicação de autoria do Deputado Silval Barbosa.”

Era esse o Expediente, Sr. Presidente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar várias Indicações de minha autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, a necessidade de destinar recursos financeiros para cobrir a quadra de esportes da Escola Estadual de 1º e 2º Graus 13 de Maio, Município de Pedra Preta.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, mostrando a necessidade de destinar recursos financeiros para cobrir a quadra de esportes da Escola Estadual de 1º e 2º Graus 13 de Maio, Município de Pedra Preta.

#### JUSTIFICATIVA

O esporte é um conjunto de atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer. Deve ser garantida a todos os segmentos sociais a possibilidade de acesso às práticas desportivas em quaisquer de suas manifestações: educacional, de participação e de rendimento/espetáculo.

Nessa escola as aulas de Educação Física estão sendo realizadas a céu aberto, e muitos pais questionam o perigo da exposição das crianças ao sol; além disso, quando chove, as aulas práticas não podem ser realizadas.

Sabemos que o exercício físico é de extrema importância para a saúde dos indivíduos, segundo estatísticas ficou comprovado que a maioria das crianças que praticam esportes com assiduidade fica longe do caminho das drogas.

Com o objetivo de oferecer melhores condições de atendimento aos alunos e à comunidade local, que utilizam a quadra de esportes para realizar ações sociais, tais como: reuniões, práticas desportivas/recreativas e outras, é que apresentamos a presente Indicação, no sentido de que sejam destinados recursos financeiros para cobrir a quadra de esportes dessa referida escola.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares para que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade da construção de um aterro sanitário no Município de Pedra Preta.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de

Estado de Infra-Estrutura e ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade da construção de um aterro sanitário no Município de Pedra Preta.

### JUSTIFICATIVA

O Brasil produz noventa mil toneladas de lixo domiciliar por dia, trinta e três milhões de toneladas por ano. Cada brasileiro produz diariamente seiscentos gramas de lixo. Quem viver setenta anos deve encerrar sua passagem pela Terra deixando por aqui nada menos que quinze toneladas de lixo.

Impulsionada ou não pela miséria, a reciclagem de lixo exige o envolvimento de pessoas que trabalham catando resíduos e transformou-se em um mercado de trabalho em todo o País. Observando que essa atividade, ao contrário de nascer de forma planejada, surge do desemprego e do processo econômico dominante, concentrador de renda em mãos de uma minoria.

Os catadores que manuseiam os resíduos não têm consciência do problema. São trabalhadores, entre os quais muitas crianças e adolescentes, que não usam nenhum equipamento de segurança necessário em uma atividade que traz altos riscos de contaminação.

O Município de Pedra Preta, situado na região Sudeste mato-grossense, conta atualmente com 13.372 habitantes, conforme dados do IBGE, e até o presente momento não dispõe de um local adequado, um aterro sanitário para abrigar o lixo do município. O local onde está sendo jogado esse lixo é totalmente impróprio, pois localiza-se em uma área alta, próxima aos bairros João de Barro I e Cidade Viva, e, o que é pior, perto do aeroporto. A proximidade com esses bairros vem prejudicando a saúde, principalmente das crianças, que não têm consciência do problema. Outro grave problema é que na época das chuvas esses resíduos descem com a força da água e se depositam nos locais mais baixos da cidade.

Visando solucionar esse grave problema, é que apresentamos a presente Indicação para que seja construído, com a maior brevidade possível, um aterro sanitário nesse município.

Salientamos que a presente Indicação conta com o apoio da Vereadora Ivany de Lima Polga.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.  
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

3ª) Indica ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Presidente do DVOP, a necessidade da retomada da obra de construção da ponte sobre o Rio Azul, localizada na Rodovia MT-423, Município de Cláudia.

Com fundamento na Resolução n<sup>o</sup> 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Presidente do DVOP, a necessidade da retomada da obra de construção da ponte sobre o Rio Azul, localizada na Rodovia MT-423, Município de Cláudia.

#### JUSTIFICATIVA

O Município de Cláudia situado na região Norte Mato-grossense tem sua economia baseada na agricultura pecuária e setor madeireiro, com uma área de 3.919,9 Km<sup>2</sup> possui atualmente entre 10.184 habitantes.

A Rodovia MT-423 é uma das mais importantes para essa região, atendendo além desse município, a União do Sul e Marcelândia, onde através dela fazem o escoamento de suas produções, das madeiras extraídas e também todo rebanho bovino.

Ocorre que o transporte por essa rodovia está sendo prejudicado, pois a ponte sobre o Rio Azul está completamente danificada dificultando o tráfego de veículos leves e pesados.

Visando oferecer condições de trafegabilidade, é que apresentamos a presente Indicação para que seja retomada a obra de construção de uma ponte de concreto sobre esse rio que está completamente paralisada há mais de 08 (oito) meses, pois temos certeza que apenas dessa forma poderemos oferecer segurança a todos os habitantes dessa região que transitam por essa rodovia.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações, Deputado Oscar Soares, em 24 de junho de 1999.  
Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio:

1<sup>a</sup>) REQUERIMENTO: "Com fulcro no Artigo 272, alínea "h", do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que faça encaminhar ao Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, requerimento solicitando o seguinte:

Que seja fornecida cópia do Contrato de Prestação de Serviços n<sup>o</sup> 032/98 e todos os seus aditivos, firmado com a Petropaulo Comércio e Derivados Ltda.

#### JUSTIFICATIVA

A Constituição do Estado de Mato Grosso assegura a qualquer cidadão o acesso à informação acerca de atos e projetos do Estado e dos Municípios.

Prevê o Art. 16 da Carta Estadual que "todos têm direito a receber informações objetivas de interesse particular, coletivo ou geral, acerca dos atos e projetos do Estado e dos Municípios, antes de sua aprovação ou na fase de sua implementação".

Com efeito, "todos" quer dizer qualquer homem do povo, qualquer cidadão, quanto mais, então, nós, na condição de representantes populares.

O próprio Governo alardeia transparência nos atos administrativos, o que queremos é vê-la efetivamente assegurada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB."

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

2ª) REQUERIMENTO: "Com fulcro no Artigo 272, alínea "h", do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que faça encaminhar ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, requerimento solicitando o seguinte:

Que seja fornecida cópia do contrato de prestação de serviços nº 022/98 e aditivos, firmado com o Instituto de Pesquisas do Centro-Oeste Ltda.

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição do Estado de Mato Grosso assegura a qualquer cidadão o acesso à informação acerca de atos e projetos do Estado e dos Municípios.

Prevê o Art. 16 da Carta Estadual que "todos têm direito a receber informações objetivas de interesse particular, coletivo ou geral, acerca dos atos e projetos do Estado e dos Municípios, antes de sua aprovação ou na fase de sua implementação".

Com efeito, "todos" quer dizer qualquer homem do povo, qualquer cidadão, quanto mais, então, nós, na condição de representantes populares.

O próprio Governo alardeia transparência nos atos administrativos, o que queremos é vê-la efetivamente assegurada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB."

3ª) REQUERIMENTO: "Com fulcro no Artigo 272, alínea "h", do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que faça encaminhar ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, requerimento solicitando o seguinte:

Que seja fornecida cópias dos contratos nº 074/97 e 026/97 e seus aditivos, firmados com a empresa Araraúna Turismo Ecológico Ltda.

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição do Estado de Mato Grosso assegura a qualquer cidadão o acesso à informação acerca de atos e projetos do Estado e dos Municípios.

Prevê o Art. 16 da Carta Estadual que "todos têm direito a receber informações objetivas de interesse particular, coletivo ou geral, acerca dos atos e projetos do Estado e dos Municípios, antes de sua aprovação ou na fase de sua implementação".

Com efeito, "todos" quer dizer qualquer homem do povo, qualquer cidadão, quanto mais, então, nós, na condição de representantes populares.

O próprio Governo alardeia transparência nos atos administrativos, o que queremos é vê-la efetivamente assegurada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB."

4ª) REQUERIMENTO: "Com fulcro no Artigo 272, alínea "h", do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

faça encaminhar ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado, Dr. Hermes de Abreu, requerimento solicitando o seguinte:

Que seja fornecida cópia do contrato nº 051/97 e aditivos, se os tiver, firmado com a Associação de Ensino Profissional - ASSEPRO, bem como do processo licitatório, se for o caso.

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição do Estado de Mato Grosso assegura a qualquer cidadão o acesso à informação acerca de atos e projetos do Estado e dos Municípios.

Prevê o Art. 16 da Carta Estadual que "todos têm direito a receber informações objetivas de interesse particular, coletivo ou geral, acerca dos atos e projetos do Estado e dos Municípios, antes de sua aprovação ou na fase de sua implementação".

Com efeito, "todos" quer dizer qualquer homem do povo, qualquer cidadão, quanto mais, então, nós, na condição de representantes populares.

O próprio Governo alardeia transparência nos atos administrativos, o que queremos é vê-la efetivamente assegurada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB."

E, ainda, proposições de autoria do Deputado Jair Mariano:

1ª) INDICAÇÃO: "Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade de expandir a rede telefônica do Município de Vera.

Com fulcro no Artigo 237, alínea "g", do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade de expandir a rede telefônica do Município de Vera.

**JUSTIFICATIVA**

O Município de Vera, localizado na região Norte do Estado, vem sendo esquecido nos últimos anos pelo sistema de telefonia, o que está prejudicando em muitos aspectos a população local, devido ao referido sistema ser incompatível com o crescimento populacional do mencionado município.

Podemos citar como exemplo o Bairro Sol Nascente, onde cerca de quatrocentas famílias fazem uso de um único telefone comunitário, sendo que muitas dessas pessoas estão aguardando há mais de dois anos uma linha telefônica, lembrando, ainda, que as últimas linhas instaladas no município aconteceram entre os anos de 94 e 95.

Diante do exposto, solicitamos dos colegas Parlamentares a aprovação da matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.

Deputado JAIR MARIANO - PPS."

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade de instalar um telefone público na Comunidade São Pedro, no Município de Paranaíta.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Com fulcro no Artigo 237, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade de instalar um telefone público na Comunidade São Pedro, no Município de Paranaíta.

**JUSTIFICATIVA**

O Município de Paranaíta, distante da Capital do Estado aproximadamente 900 quilômetros, tem como economia básica a agricultura, fator esse que faz gerar uma série de comunidades rurais nas proximidades do município.

Com a instalação de um telefone público comunitário na Comunidade São Pedro seriam beneficiadas cerca de trezentas famílias, abrangendo as comunidades de São Miguel, São Domingos, Santa Terezinha e Nossa Senhora de Fátima, evitando assim que os moradores das comunidades citadas tenham que se deslocar até o Município de Paranaíta para se comunicarem com outras localidades.

Diante do exposto, solicitamos dos nobres colegas a aprovação da matéria ora apresentada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.  
Deputado JAIR MARIANO - PPS.”

3ª) INDICAÇÃO: "Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de viabilizar recuperação da Rodovia MT-410.

Com fulcro no Art. 237, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, solicito à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de viabilizar a recuperação da Rodovia MT-410.

**JUSTIFICATIVA**

A MT-410, rodovia que liga o Município de Colíder a Nova Guarita, localizada na região Norte do Estado, encontra-se totalmente entregue ao descaso e abandono por parte dos nossos governantes.

Por tratar-se de uma rodovia sem asfalto, e em virtude das chuvas ocorridas no início do ano, os buracos deixados no leito da via são inumeráveis, o que tem inquietado toda a população dos municípios mencionados e de localidades vizinhas, como é o caso da comunidade Sol Nascente, Ilha Flor de Maio e Marco de Cimento, sendo sua única via de acesso a outros municípios.

Diante do exposto, indicamos a premente necessidade de recuperação da MT-410.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.  
Deputado JAIR MARIANO - PPS.”

4ª) PROJETO DE LEI:

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Coco e Plantas Permanentes Alto Alegre, no Município de Nova Canaã do Norte.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores de Coco e Plantas Permanentes Alto Alegre, no Município de Nova Canaã do Norte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A Associação de Produtores de Coco e Plantas Permanentes Alto Alegre foi fundada em 27 de julho de 1998. É uma sociedade civil sem fins lucrativos de natureza social, que visa principalmente acessar projetos, novas técnicas e manejos da cultura principal da região, com sede na Comunidade Alto Alegre, Distrito de Colorado do Norte, no Município de Nova Canaã do Norte.

O presente projeto visa dar condições aos produtores de coco e plantas permanentes de Alto Alegre de terem participação em projetos de âmbito nacional.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta augusta Casa na aprovação do projeto ora apresentado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 1999.

Deputado JAIR MARIANO - PPS.”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, peço a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas, que dispõe de vinte e cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, peço a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio (FALA FORA DO MICROFONE) - Sou eu agora!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu cedo a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, para dirimir qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

Informo ao Deputado que estou seguindo a ordem de inscrição do Grande Expediente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero dizer que houve um equívoco, o Dr. Francisco Monteiro sabe que, pela ordem de inscrição, depois do Deputado José Carlos Freitas era o nosso nome, por isso eu quero parabenizar também o espírito ético, o espírito de desprendimento do Deputado Humberto Bosaipo. Mas nós estamos atentos, nós sabíamos que depois do Deputado José Carlos Freitas éramos nós, por isso mesmo nós reivindicamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, nesta Sessão, o que eu quero dizer aos meus colegas Deputados é que muitos fatos estão acontecendo aqui nesta semana, e nós estamos entrando na época do recesso da Assembléia Legislativa. O que nós não podemos deixar acontecer é, com esse espírito afoito, querer resolver, querer aprovar todas as matérias com rapidez, para entrar em recesso. Ultimamente as coisas estão acontecendo aqui, muitos fatos interessantes têm que ser discutidos, têm que ser apreciados - tem o "caso Ômega", com esse processo, para criar essa comissão para processar o Governo do Estado.

Quero aqui dizer que, ontem, o Oficial de Justiça esteve aqui, eu vi o Oficial de Justiça aqui, Deputado Emanuel Pinheiro, esteve aqui à noite, esperando para assinar a liminar, para criar a comissão processante. Nós não podemos fugir da Lei, nós não podemos fugir das coisas!

Eu acho que a Assembléia Legislativa tem que assinar essa liminar, criar a comissão, e essa comissão tem que dar o Parecer antes do...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.  
(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:13 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero aqui, Sr. Presidente...

O Sr. Riva - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo, nobre Deputado Riva. Quero aqui dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, ontem, realmente houve um contratempo e V. Ex<sup>a</sup> solicitou a retirada de sua Bancada do plenário, até para não me deixar fazer o meu discurso. Mas eu acho que num processo democrático tem que se ouvir e tem que haver essa discussão mútua aqui.

O Sr. Riva - Deputado Zé Carlos do Pátio, talvez V. Ex<sup>a</sup>, desta nova safra de Deputados, tenha sido o Deputado realmente que mais utilizou a tribuna, até pelo papel de Oposição de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, nós temos que ser comedidos em determinadas situações. Primeiro, eu quero falar sobre esse "caso Ômega". É inconcebível que venha um Oficial de Justiça aqui, em qualquer situação, tirar o Presidente da Casa da Presidência para assinar uma Citação.

Ora, nós temos todo respeito pela Justiça Mato-grossense, e nós nunca nos furtamos a atender Oficiais de Justiça, e vamos continuar atendendo. Inclusive, marquei hora para levar, amanhã! Até estipulei que a Sessão seja encerrada às 10:00, 10:30 horas, pedi que ele viesse por volta das 10:00 horas, 10:30 horas, e nós vamos atender o Oficial de Justiça com toda a atenção necessária. Mas Oficial de Justiça nenhum, a não ser que venha para impedir a realização de uma Sessão, vai me tirar da Presidência de uma Sessão para assinar uma Citação, com o que, inclusive, concordou o Deputado Emanuel Pinheiro, ontem. Então, quero agradecer ao Deputado Emanuel Pinheiro pela sua compreensão na data de ontem a esse caso.

No tocante à medida de ontem, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu tomei uma decisão: toda vez que V. Ex<sup>a</sup> for radical comigo, eu serei radical com V. Ex<sup>a</sup>. E eu acho que não tem tido um Deputado mais compreensivo com V. Ex<sup>a</sup> do que eu. Eu já tive casos em que o Deputado pediu: “Olha, isso está errado!” E eu tento conciliar.

Ontem, V. Ex<sup>a</sup> me pediu a palavra, pela Liderança, num momento em que terminou a Ordem do Dia! Eu anunciei o fim da Ordem do Dia para posteriormente conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> achou que eu estava tomando uma medida errada, mas eu não estava, porque quando termina a Ordem do Dia, sem matéria, eu sou obrigado a anunciar que não há mais matéria na Ordem do Dia e que está encerrada a Ordem do Dia. Eu concedi a palavra, pela Liderança, a V. Ex<sup>a</sup>, inclusive antes de conceder eu chamei o Deputado Eliene para assumir a Presidência, porque estava aqui um diretor de uma escola nos aguardando para atendê-lo. E, ao passar por V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, eu disse: Vou apenas atender uma pessoa e retorno.

V. Ex<sup>a</sup> não se contentou com isso e, quando eu virei as costas, V. Ex<sup>a</sup> quis me criticar em função de achar que a decisão que eu estava tomando era errada. Então eu retornei, Deputado, e eu não sou obrigado a ficar ouvindo isso.

Pedi, Deputado Rene Barbour, naquele momento em que V. Ex<sup>a</sup> não estava no plenário, a verificação de *quorum* e retiramos a Bancada de Situação.

Eu acho que se V. Ex<sup>a</sup> tivesse tido a compreensão, nós teríamos tido aqui um grande debate. Eu teria voltado, nós teríamos discutido, exercendo o direito de discussão, de debate, que a democracia nos proporciona!

V. Ex<sup>a</sup> é um brilhante Deputado, mas eu alerta para essas situações, nós não podemos radicalizar nesses momentos.

Então, eu quero aqui assegurar que vou assinar hoje a Citação e, também, assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que a todo momento em que for solicitada, a palavra será concedida. Mas existem alguns dispositivos que eu tenho que respeitar.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu gostaria até...

O Sr. Emanuel Pinheiro - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só gostaria de fazer uma ilustração em cima do que o Deputado Riva falou.

Eu quero aqui, Deputado Riva, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não quero culpar somente V. Ex<sup>a</sup> por alguns fatos que aconteceram ontem, não. Quero culpar a Bancada Governista que fica comprometendo V. Ex<sup>a</sup>, que fica jogando V. Ex<sup>a</sup> contra a Bancada de Oposição.

Vou dar um exemplo aqui do Deputado Rene Barbour, que queria que fosse votado o Projeto da *ENRON*, ontem, de uma forma totalmente à toque de caixa, pois nem tinha Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Lembro-me que ele ficou insistindo para entrar com o Projeto. E, conforme o Artigo 212 do Regimento Interno, o Sr. Presidente da Casa tem que apresentar numa Sessão anterior à Ordem do Dia da Sessão subsequente. E essa matéria da *ENRON* não estava na Ordem do Dia.

E V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Rene Barbour, que é Líder do Governo, fica comprometendo o Presidente da Assembléia. E aí eu acho que tem que se saber como articular.

Eu quero também dizer, Srs. Deputados, que os erros dos encaminhamentos que estão sendo feitos na Assembléia, tentando resolver os problemas de se votar, resolver

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

todos os problemas da Assembléia para o pessoal entrar em recesso, isso é que está atropelando as coisas e dificultando os encaminhamentos.

Eu acho que o processo democrático é assim mesmo. É discutir, é debater. São vários temas importantes para se debater. Estão aqui - vou estudá-las no final de semana - as contas do Governo.

Não podia votar à toque de caixa, Deputado Emanuel Pinheiro. É um absurdo! Na terça-feira é a reunião da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Eu estava lá sozinho, esperando para começar a reunião e não foi ninguém. Na quarta-feira reuniu-se a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e deu Parecer favorável às contas do Governo. E, por ironia do destino, só não acharam o Deputado Zé Carlos do Pátio e o Deputado Moacir Pires. Eu não tenho celular, mas o Deputado Moacir Pires tem celular. E o Deputado Moacir Pires estava na Assembléia quando a Comissão se reuniu. Quer dizer, vê-se a artimanha e a articulação de alguns Deputados.

Quando nós nos reunimos no Colégio de Líderes para discutir a seriedade, a ética, o encaminhamento desta Assembléia, tudo de errado é a Oposição quem faz. É a Deputada Serys Slhessarenko, é o Deputado Zé Carlos do Pátio, é o Deputado Emanuel Pinheiro. Mas ninguém sabe as artimanhas, as articulações da Bancada do Governo, que faz um monte de esquema para votar projetos, aqui, para tentar articular.

Aqui eu quero, também, Sr. Presidente - não é criticar V. Ex<sup>a</sup>, não -, é questionar o Líder do Governo que faz pressão aqui, porque eu vi, ontem, ele fazendo pressão para esse Projeto entrar aqui, na marra!

Concedo um aparte ao Deputado Emanuel Pinheiro.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu gostaria de apartear o seu brilhante pronunciamento, até não pretendo tirar essa linha de raciocínio que V. Ex<sup>a</sup> tem, essa inspiração nesta manhã, porque eu gostaria apenas de fazer jus ao Presidente desta Casa, Deputado Riva. Até como Deputado, como um dos membros neste Parlamento, eu sou um dos primeiros que têm que zelar pelo Poder, pela representatividade e pela liturgia do cargo de Presidente, de exercer a Presidência do Legislativo Mato-grossense.

E, de fato, ontem à noite, ao tomar conhecimento que o Oficial de Justiça estava aqui para notificar o Presidente sobre a liminar que me foi concedida, num mandado de segurança, eu cometi até o deslize de tentar tirar o Presidente da Presidência, para que ele viesse aqui fora receber a notificação, contrariando até uma postura minha, que sou talvez um dos Deputados mais corporativistas e que mais respeita e exige respeito à função honrosa de Deputado Estadual. E o que dizer da função honrosa e única de Presidente do Poder Legislativo Estadual Mato-grossense!

O Presidente me chamou a atenção, explicou-me, e eu concordei de pronto, que motivo algum pode tirá-lo do exercício da Presidência, principalmente em uma Sessão corrente. E ele já marcou para hoje de manhã, tão logo encerre a Sessão, o recebimento, com o maior prazer e dentro da Lei, da dita intimação, notificação.

Então, gostaria de fazer jus a essa postura do Presidente Riva, que eu concordei. Houve um deslize da minha parte, peço desculpas, de público, porque o Presidente, realmente, irá receber e nós iremos dar curso normal e legal à nossa denúncia de crime de responsabilidade contra o Governador Dante de Oliveira e o Secretário de Segurança Pública Hilário Mozer.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Muito obrigado, brilhante Deputado Zé Carlos do Pátio. Continue com esse pronunciamento maravilhoso que V. Ex<sup>a</sup> vem discorrendo na manhã de hoje.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado Emanuel Pinheiro, eu quero aqui dizer que, neste final de semana, nós vamos estudar as contas do Governo.

O que mais me deixa indignado é que o Tribunal de Contas do Estado diz o seguinte... Ele dá parecer favorável com as seguintes recomendações: é favorável... As contas do Governo são as melhores possíveis, mas só que aparece uma lista incomensurável de reincidências. Ele errou uma vez, errou duas, errou três, e continua errando, e ainda dá Parecer favorável e ainda diz: "Recomendo que você acerte, porque continua errando".

Quero aqui... Ora, a reincidência... Está aqui o pagamento dos precatórios, reincidências; que a AROS deve ser liquidada até 30 dias, reincidência; que as Receitas e Despesas referentes ao FUNDEF...

Deputada Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup> que é da Educação, Receitas e Despesas referentes ao FUNDEF, embora administradas pelo Fundo Estadual de Educação, devem ser demonstradas, separadamente, no Balanço Geral.

Quer dizer, erra com recurso da Educação, erra com muitas coisas...

A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...e ainda o Parecer é favorável.

É por isso que eu defendo que, no próximo Orçamento, cada Poder tenha seu recurso definido, para que cada Poder tenha sua posição independente, livre, autônoma, para não acontecer o que está acontecendo hoje, porque, na verdade, o Poder Legislativo e alguns Poderes, alguns Poderes, estão se tornando apêndices do Governo, porque ele detém o controle econômico. Isso não é motivo para ter Parecer favorável, primeiramente.

Em segundo lugar, quero aqui dizer da indignação que eu tenho em votar um Projeto desse, da forma que seria votado ontem à noite, Deputado Moacir Feres - um Deputado que, inclusive, está de parabéns pelo seu trabalho Parlamentar. Nós dois não fomos convocados, porque nós incomodamos a Comissão - somos os únicos dois Deputados que eles não encontraram!

Concedo um aparte à Deputada Serys Slhessarenko.

A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko - Deputado Zé Carlos do Pátio, a reincidência maior que existe - inclusive eu já me pronunciei a esse respeito na imprensa, e estou tomando atitudes judiciais -, a reincidência maior é com relação à aplicação do percentual mínimo de 25% na manutenção. E eu acho que essa turma não sabe ler, é manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental, mas eles usam para tudo esse dinheiro, menos para manutenção e desenvolvimento. E é a quarta reincidência, só no Governo Dante de Oliveira, com relação à não-aplicação dos 25%. Essa é a maior reincidência!

Nós temos um problema sério com relação à dívida fundada, com relação ao IPEMAT - não há repasse, não foi feito repasse da parte patronal para o IPEMAT... Aí fica essa história, o IPEMAT vai fechar, vai encerrar, o IPEMAT não presta serviços que prestem, o IPEMAT não sei o que, mas como o IPEMAT pode fazer? E isso tem nome, isso é apropriação indébita. Onde está o dinheiro do IPEMAT? Trinta milhões de reais, vinte e nove mil, novecentos e cinquenta mil, cento e não sei quantos reais... Trinta milhões de reais só para o IPEMAT! Eu estou buscando isso na Justiça. A não-aplicação de, no mínimo, 60% dos 25% no ensino fundamental, porque 60% dos 25% têm que ser aplicados no ensino fundamental...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

E uma coisa estranhíssima que apareceu aqui, mas muito estranha, é o pagamento de despesas do exercício anterior à conta de recursos do FUNDEF, praticamente doze milhões, faltaram oito mil para doze milhões de reais, aplicados à conta do FUNDEF em 1997, no ano anterior a 1998. Senhores, o FUNDEF começou a vigorar em janeiro de 1998. Eu quero que o Governo me explique como ele colocou doze milhões em 1997 à conta do FUNDEF, se o FUNDEF passou a vigorar em janeiro de 1998.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, essas ressalvas são muito graves. Isso não é ressalvinha aqui, dá uma ajeitadinha aqui, dá uma ajeitadinha ali. Não ficou bem claro isso aqui, vamos esclarecer. Ai, tudo bem.

Agora, doze milhões para um lado, trinta milhões para outro, e não sei quantos para outro, eu quero saber. E eu anuncio aqui que eu estou buscando isso através de outras ações, que na próxima semana se tornarão públicas. Muito obrigada.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr<sup>a</sup> Deputada, em cima dessa discussão, nós vamos estudar esse Parecer do Tribunal de Contas e vamos apresentar uma proposta, um parecer, em separado, da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para as contas do Governador no exercício de 1998.

É um absurdo nós aprovarmos uma conta como essa.

Isso aqui, Senhores, não significa.... E aí eu quero dizer o seguinte: o Tribunal de Contas tem o direito que ele quiser de exarar o Parecer dele, mas não necessariamente a Assembléia tem que acatar o Parecer do Tribunal de Contas, com tantos erros nas contas, com tantos equívocos.

E aqui eu quero parabenizar o Tribunal de Contas, porque ele reconhece os erros. Ele deu Parecer favorável, mas reconhece os erros do Governo.

Então, eu quero pedir aos Deputados que votem contra as contas do Sr. Governador. Um Governo que só está com denúncias de corrupção, aliás, a Bancada de Oposição só está ajudando este Governo. Eu estive ontem com a equipe econômica, discutindo algumas questões, e aumentou a arrecadação do Estado em mais de 10% depois que nós denunciávamos a corrupção da madeira, do frigorífico, do combustível, toda essa máfia organizada que tem no Estado de Mato Grosso. Se não fosse a Bancada de Oposição ir para cima, denunciando essas corrupções, jamais este Governo melhoraria a arrecadação.

O Sr. Moacir Pires - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputado Zé Carlos do Pátio?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Deputado Zé Carlos do Pátio, seu discurso está batendo com tudo o que V. Ex<sup>a</sup> tem falado aqui.

Nós, da Bancada de Oposição, temos mostrado onde estão acontecendo os erros do Governo, tentando assim ajudar, porque nós amamos este Estado, gostamos do Estado de Mato Grosso, das pessoas que aqui vivem, e nós queremos ver este Estado cada dia melhor.

Eu gostaria, Deputado Rene Barbour, eu que tenho sido um Deputado coerente, minhas posições são posições que visam ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, ao melhor para o nosso Estado... Essa atitude que o Deputado Eliene cometeu, de telefonar na minha residência cinco minutos antes de começar a reunião da Comissão, é uma atitude que, em se tratando das contas do Governo, deveria ter sido anunciada com antecedência, mas só na hora de começar a reunião é que se avisa o Parlamentar, assim não! E se eu tivesse, como tinha, um outro compromisso? Ontem eu fiquei na Assembléia

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Legislativa até às 18:45 horas - até a hora de eu ir para a minha escola, o ICE, onde eu faço o Curso de Administração. E eu não recebi um telefonema, e meu telefone celular também estava ligado. Então, quer dizer, parece coisa de “Kid Vigarista”, coisinha que poderia ser conversada, trabalhada em conjunto, para ver o que pode ser aprovado e o que não pode ser aprovado.

Agora ele nos assustou, abriu os olhos da Oposição. Nós vamos abrir essas contas aqui. No final de semana, vamos analisar certinho, porque não foi feito às claras, quis fazer às escuras, e às escuras não vai fazer, não, Deputado. Então, eu acho que se deveria chamar a atenção do Deputado Eliene e trabalhar com mais transparência, com clareza, com respeito aos Parlamentares desta Casa. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero parabenizar o Deputado Moacir Pires por seu discurso, e quero dizer o seguinte: nós estamos com várias ações em conjunto. Nós temos a questão da “máfia do fisco”, que eu acho que nós temos que ir para cima. Nós já temos cinco ou seis Deputados que assinaram a CPI, se nós conseguirmos mais duas assinaturas, vamos implantar a CPI do Fisco, da “máfia da madeireira”, tudo isso. Nós estamos com ações sobre a questão do Orçamento, e são tantas denúncias que estão tendo aqui. Nós temos aqui a LDO, que tem que ser votada ainda neste semestre. Nós temos ainda Projetos de iniciativa do Governo, que têm que ser votados, e Projetos de iniciativa dos Deputados...

Eu acredito que nós temos que trabalhar, mas trabalhar com tranqüilidade, trabalhar sem ser da forma como estão fazendo, projetos à toque de caixa. A Oposição aqui é dita como radical e como, muitas vezes, inconveniente, muitas vezes dura, eu até concordo, mas as artimanhas da Bancada da Situação é que nos deixam numa situação constrangedora. Aliás, muitos Deputados falaram: “O Deputado Zé Carlos do Pátio até mudou o seu procedimento aqui no Parlamento”. É lógico, se querem jogar limpo, nós vamos jogar limpo; agora, se for jogar do jeito que estão jogando, nós vamos para cima também. Porque existe uma Lei da Física, a 2ª Lei de Newton, que diz o seguinte: “A toda ação corresponde uma reação, na mesma direção e em sentido contrário”. Essa é uma lei da Física, se batem na Oposição, jogam da forma como estão jogando com a Oposição, a Oposição vai jogar da mesma forma com a Bancada do Governo.

E aqui, Senhoras e Senhores...

O Sr. Alencar Soares - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só vou terminar o meu raciocínio e concederei a palavra a V. Exª.

Nós estamos querendo realmente representar a sociedade mato-grossense. A sociedade mato-grossense elegeu dezesseis Deputados para fazer Oposição ao Governo Dante, porque na verdade era de outra chapa, e oito Deputados para dar sustentação ao Governo Dante. E a sociedade quer o quê? Ela quer autonomia, ela quer um Parlamento autônomo, independente, não um Parlamento que fique aí a reboque, subserviente ao Governo do Estado.

E eu tenho certeza absoluta que todos os Deputados vão cumprir esse papel, porque o objetivo nosso é esse, o nosso objetivo é que este Parlamento se fortaleça. Aliás, eu quero parabenizar o Parlamento, pois ele está buscando isso e nós temos que buscar mais, nós temos que deixar de ficar dando cheque em branco para o Sr. Governador. Nós temos que começar realmente a ter uma postura como Parlamento, e questionar os erros do Governo com veemência.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Concedo o aparte ao nobre Deputado Alencar Soares, um Deputado que vem trabalhando pelo interesse da região de Barra do Garças, eu tenho certeza absoluta de que ele vai entender muito bem o nosso discurso.

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Zé Carlos do Pátio, tenho várias interrogações. Em mim V. Ex<sup>a</sup> não precisa “colocar graveto”, porque V. Ex<sup>a</sup> quer chupar cana e assobiar ao mesmo tempo! V. Ex<sup>a</sup> fala do Deputado e depois elogia o Deputado, fica fazendo promoção... Para mim V. Ex<sup>a</sup> não precisa fazer promoção, quem tem que fazer promoção para mim é o povo da minha região.

Três coisas vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>: V. Ex<sup>a</sup> está querendo comandar a Oposição e a Situação, os Deputados são maiores de idade e fazem o que devem fazer!

Primeiro, V. Ex<sup>a</sup> falar do Tribunal de Contas é um direito que lhe assiste, porque quem deu o Parecer favorável às contas do Governo foi o Tribunal de Contas. V. Ex<sup>a</sup> disse que ficou sozinho lá na Sala dos Deputados e que não foi ninguém. Eu fui, o Deputado Eliene foi...

(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO SE MANIFESTA.)

O Sr. Alencar Soares - Deixe-me falar, Deputado, V. Ex<sup>a</sup> me permitiu o aparte.

E o Deputado Eliene chegou e disse: “O Senhor está me procurando?” Eu respondi que estava e que queria que ele me colocasse como Relator das Contas do Governo, e ele me colocou!

V. Ex<sup>a</sup> falou: “Mas não pode, tem que discutir!” V. Ex<sup>a</sup> esqueceu ou não sabia que o Presidente indica quem ele quer? Começa por aí... Eu sou o Relator, eu não sou obrigado... Eu faço o Relatório que quiser, não tenho que dar satisfação para V. Ex<sup>a</sup>, que é da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, depois V. Ex<sup>a</sup> vai dar o seu voto, é um direito seu, que lhe assiste.

Segundo, esta Assembléia Legislativa, e eu respeito todas as Legislaturas passadas, votou... E eu fui agora buscar, porque para vir aqui na tribuna tem que mostrar os documentos, mas eu vou mostrá-los terça-feira, não precisa correria, a Dona Nadir vai entregá-los para mim terça-feira. O Tribunal de Contas rejeitou as contas do Sr. Governador Carlos Bezerra por muito, muito, pior do que isso aqui. Erros alarmantes! Eu vou mostrar na terça-feira! E a Assembléia Legislativa entendeu que, às vezes, o Governo erra sem saber por que está errando, porque o Governo é sozinho! Ele depende, infelizmente, do ser humano, depende do homem.

Então, esta Assembléia, no passado, votou as contas do Sr. Carlos Bezerra, com polêmica, com briga, com muita demanda aqui dentro, mas votou coisas erradas e gravíssimas, e eu vou mostrar isso terça-feira.

O que não é o caso das contas do Governo Dante de Oliveira, que são coisas mínimas... V. Ex<sup>a</sup> está colocando um cavalo de batalha numa coisa mínima, que o Tribunal de Contas aprovou. As contas do Senador Bezerra, se não me falha - eu tenho que ver, porque é passado e eu não era Deputado na época -, não foram nem aprovadas pelo Tribunal de Contas e a Assembléia votou! Mas, às vezes, pode ter sido, eu volto a falar com a documentação -, vou falar aqui na terça-feira, mostrar para V. Ex<sup>a</sup>.

Agora, V. Ex<sup>a</sup> tem que saber que, se o Governo tem maioria, se nós conseguimos a maioria para apreciar as contas ou projetos do Governo, é um direito que nos assiste, é democracia! V. Ex<sup>a</sup>, hoje, falou por duas vezes que ontem nós obstruímos a Sessão,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

V. Ex<sup>a</sup> já pediu à sua turma para sair, para não dar *quorum*, e nós respeitamos, é um direito de V. Ex<sup>a</sup>! Para isso é Parlamento! Quantas vezes V. Ex<sup>a</sup> já pediu aqui para os seus companheiros saírem para não dar *quorum*? O que nós fazemos, V. Ex<sup>a</sup> faz! V. Ex<sup>a</sup> tem que respeitar também os nossos direitos. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Primeiro, eu quero dizer ao Deputado que não tinha ninguém na reunião da Comissão, Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que às 16:00 horas... Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Apenas comuniquei que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento, e neste momento não é mais permitido aparte.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que às 16:00 horas não tinha ninguém lá para dar o Parecer. Às 16:00 horas não tinha ninguém lá para dar o Parecer, Deputado!

Quer dizer, chegaram às 18:00 horas. Então, no horário, não tinha ninguém. E na terça-feira, quando foi entregue para V. Ex<sup>a</sup> fazer o Relatório, V. Ex<sup>a</sup> tinha que se reunir com a Comissão para apresentar o Relatório, Sr. Deputado, e V. Ex<sup>a</sup> não se reuniu com a Comissão, apresentou e já ia ser votado à toque de caixa.

Eu quero aqui dizer o seguinte: Eu sou Deputado, eu não vi as contas passadas, e quero aqui dizer que o Parecer do Tribunal de Contas nem sempre é um Parecer técnico, muitas vezes é um Parecer político! E V. Ex<sup>a</sup>s sabem muito bem disso! Muitas vezes os técnicos do Tribunal de Contas dão um Parecer contrário às contas e os Conselheiros dão Parecer favorável! É verdade ou não é, Dr. Francisco Monteiro?

Existe isso, os Conselheiros têm um Parecer político e não um Parecer técnico. E se for para discutir aqui, nós vamos discutir sim! Vamos ver como é que está! Agora eu sou Deputado para este mandato, eu tenho que cumprir o meu mandato agora, até porque tem uma questão que eu quero encaminhar, os técnicos do Tribunal de Contas dão Parecer contrário a um superfaturamento e os Conselheiros dão Parecer favorável.

Então, eu quero aqui dizer, Deputado Alencar Soares, que esse discurso não me convence, não! Querer justificar que as contas dele receberam Parecer contrário... E os Conselheiros do Tribunal de Contas dão um Parecer político, e eu provo para V. Ex<sup>a</sup> com vários Pareceres em que os técnicos eram contrários, e eles deram Parecer favorável - e muitas vezes os técnicos deram Parecer favorável e eles deram Parecer contrário. Não me convence esse discurso, não!

Eu quero dizer que eu estou discutindo agora as contas do Sr. Governador Dante de Oliveira, é isso que eu quero discutir com V. Ex<sup>a</sup>. Querer agora jogar as contas de outros ex-governadores, jogar o Parecer de outros Deputados nas nossas...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...costas aqui, não. Vamos resolver o problema aqui, agora! Estão querendo desviar o assunto!

Eu quero agradecer ao Deputado Pedro Satélite, que vem dirigindo esta Sessão muito bem, por eu estar usando esta tribuna, e dizer que aqui é a Casa do Povo, e nós temos

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

que realmente falar tudo o que está acontecendo, mostrar as coisas às claras, assim estaremos cumprindo o nosso dever de Parlamentares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Nilson Leitão, que dispõe de dezesseis minutos.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu uso desta tribuna apenas com uma preocupação, porque eu tenho ouvido, nessas duas últimas semanas, críticas pesadas à Bancada do Governo e ao próprio Governador.

Nós que viemos de uma região que está em pleno desenvolvimento, num crescimento descompassado - e estão aqui os Deputados Riva, Pedro Satélite, Silval Barbosa e Romoaldo Júnior, que também são do Norte do Estado... Às vezes eu me pergunto: Será que é só nossa região que está tendo os olhos do Governador Dante de Oliveira? Por que tantas críticas são proferidas a ele em casos que eu considero tão pequenos perto do que está sendo construído no Estado de Mato Grosso de cinco anos para cá? Eu fico preocupado porque há praticamente cinco anos este Estado estava praticamente parado por falta de energia elétrica. Este Estado estava fadado ao insucesso, fadado à pobreza, fadado a tudo que poderia ser intranquilo para qualquer cidadão que viesse para Mato Grosso. Nenhuma empresa poderia ao menos se instalar em Mato Grosso por falta de energia elétrica, que era o mínimo...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. NILSON LEITÃO - Pois não, meu Líder.

O Sr. Rene Barbour - Deputado, eu uso a tribuna para parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado que se redimiou de seus erros, Deputado que vem aqui fazer todo esse barulho porque o Sr. Governador cometeu algumas falhas contábeis. Vejam bem, falhas contábeis! O Deputado está faltando com o respeito com o nosso próprio Tribunal de Contas do Estado, chamando-o de Tribunal político. Era bom, Sr. Presidente, e eu requiero que se mande uma cópia do discurso do Deputado Zé Carlos do Pátio ao Presidente do Tribunal de Contas.

Eu quero parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio porque ele mudou. Durante quase dois anos ele defendeu um governo ladrão, corrupto, em Rondonópolis. Esse governo foi cassado. Dante de Oliveira não foi cassado. Não há nenhuma proposta dessa ordem. Aquilo, sim, em Rondonópolis foi corrupção, corrupção durante muitos meses, corrupção durante um ano e meio. E o Sr. Zé Carlos do Pátio era um dos defensores do Prefeito de Rondonópolis, Sr. Alberto Carvalho.

Então, eu parabenizo o Deputado por ele ter se redimido. E hoje, de defensor de um Prefeito corrupto, de um Prefeito que ele não pode negar que foi expulso da Prefeitura por corrupção - e ele não pode negar que defendia esse Prefeito -, hoje ele vem aqui criticar algumas irregularidades do Governo Dante de Oliveira.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Srs. Deputados, apenas para seguir a minha linha de raciocínio, a minha preocupação...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Um aparte, nobre Deputado.

O SR. NILSON LEITÃO - Deputado, eu só tenho três minutos. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> usasse o Grande Expediente. Eu vou dividir o horário com o Deputado Riva, que também já está inscrito. Se eu não completar... Eu já não uso a tribuna, e quando uso, vou ter que responder toda hora, então, não vou usar nunca.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me deixasse falar um pouco. V. Ex<sup>a</sup> é o Deputado que mais fala aqui.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Eu gostaria de dizer que a minha grande preocupação, Srs. Deputados, é que na última sexta-feira, em Sinop, o Governador lançou o programa da madeira, tentando fazer daquela região o maior pólo moveleiro do Estado de Mato Grosso. E, no seu discurso, ele colocou que gostaria, e já está trabalhando para isso, que Cáceres fosse, doravante, o maior pólo de couro, com indústria de calçados para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil, que se fizesse em Rondonópolis a maior indústria têxtil do Brasil - e haverá, dia 1º de julho agora, reunião com trinta empresários de Santa Catarina da indústria têxtil -, que quer fazer de Barra do Garças, talvez, o maior pólo turístico deste Brasil. E ele está estudando agora, Nobres, que tem um potencial, talvez, maior que o de Bonito, em Mato Grosso do Sul, descoberto há poucos dias.

Quer dizer, há tantas coisas boas acontecendo no nosso Estado. Há pouco tempo nós estávamos importando energia, e daqui há pouco nós estaremos exportando energia. Alguns falam que a CEMAT foi o pior negócio do mundo. Eu quero que me provem. Falaram que ela gerou desemprego. Muito pelo contrário, eu acompanho aquela empresa de perto. Aumentou muito a quantidade de emprego na Rede CEMAT com a terceirização, com a privatização.

O Sr. Deputado Humberto Bosaipo (FALA DE SUA BANCADA) - Também aumentou o preço!

O SR. NILSON LEITÃO - Também aumentou o preço! Mas melhorou a qualidade de vida, porque há cinco anos nós não podíamos assistir a nada, nem a jogo de futebol, porque não tinha energia no Estado de Mato Grosso. Às vezes, nem as Sessões podiam acontecer na Assembléia Legislativa. Quer dizer, será que nós estamos esquecendo tudo que foi melhorado em todos os setores do nosso Mato Grosso? A agricultura, que nunca nem foi fomentada antes do Governador Dante de Oliveira. Não! Isso não é papel, isso é número.

Agora, o que eu estou percebendo é que alguns Deputados só vêm aqui transmitir o pessimismo - e não só da Oposição -, e isso também transmite ao povo de Mato Grosso que parece que o Estado está parado, está andando para traz, e não é verdade, o Estado está avançando a passos largos. Isso tem que ser falado.

E quanto às contas que hoje estão sendo tão reclamadas, eu tenho certeza de que a maioria dos Srs. Deputados já foi Vereador, gostaria que me apontassem uma conta de Prefeito que tenha passado em perfeita isenção pelo Tribunal de Contas, sem nenhum indeferimento, sem nenhuma crítica. Eu fui Vereador de Oposição em Sinop, votei a favor das contas, porque eu sei que não é justo, isso é um erro contábil.

Ontem, o próprio Deputado Nico Baracat, que é do PMDB, confidenciou ao nosso Líder, Deputado Rene Barbour, que nunca votaria contra as contas de nenhum Governo, de nenhum Prefeito, e já hipotecou o seu voto ao Governador Dante de Oliveira ontem, aqui. Está certo?

Então, esse tipo de coisa, eu acho que é uma questão até de bom senso. Agora, se “criar um cavalo de batalha por pouca coisa”... Eu acho que o Estado de Mato Grosso merece muito mais que esses poucos discursos e críticas evasivas. Eu acho que o Estado de Mato Grosso merece muito mais do que isso, porque tudo isso está sendo transmitido... O que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

nós estamos vendo - eu estava fora deste Parlamento desde o começo do ano, e agora, desde o dia 1º, estou aqui -, e realmente eu fico, às vezes, assustado com a colocação de alguns Deputados, que alguns Deputados, além não só de denegrir, realmente atacam os companheiros aqui dentro, com palavras que são até humilhantes, mas não humilhantes para nós que somos atacados, mas para quem está fazendo os ataques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu até solicito o Regimento Interno que está sobre a mesa...

Eu quero dizer, Srs. Deputados, que de fato, Deputado Zé Carlos do Pátio, me causa uma certa preocupação, nós constantemente estarmos flexibilizando o Regimento Interno para tornar a Assembléia Legislativa a mais democrática possível, oferecendo condições, às vezes, Deputado Pedro Satélite, de discutir matérias que não têm mais condições de ser discutidas.

Se a Presidência, Deputado Humberto Bosaipo, for executar o Regimento Interno, aí sim, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu tenho certeza de que a Oposição vai ficar impedida, muitas vezes, de participar aqui do processo.

De fato, a maioria, em plenário, comanda o processo legislativo. Isso é público e notório, em qualquer Parlamento a maioria comanda. Tanto é que, veja V. Ex<sup>a</sup>, ontem nós tivemos oportunidade de falar com o Secretário de Estado de Planejamento e pedimos a ele que fizesse uma ponderação sobre o substitutivo integral do PMDB, que se abrisse uma discussão para, pelo menos, discuti-lo em parte. Se a Bancada de Situação, Deputado Rene Barbour, comandada por V. Ex<sup>a</sup>, Líder do Governo, quisesse, essa LDO seria votada, já estaria votada, sem aceitar substitutivo, sem aceitar emendas, porque a maioria comanda mesmo. E no dia em que a maioria não comandar, estará em xeque a democracia, inclusive. Mas, logicamente, tem que se abrir uma discussão com as Oposições, e nós somos favoráveis a isso.

E quero dizer, por exemplo, que ontem eu recebi as contas do Sr. Governador - e não foi por imposição do Líder do Governo, é bom dizer isso. Nós discutimos, e no Colégio de Líderes havia se ventilado que as contas do Governo poderiam ser votadas apenas no segundo semestre, como de fato é verdade, porém, ao passar o Projeto para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, eu, como Presidente da Mesa Diretora, perguntei ao Deputado Eliene e ao Deputado Alencar Soares se seria possível exarar Parecer sobre a prestação de contas antes do recesso ainda, para também votarmos as contas do Governador, e respondeu-me o Presidente da Comissão que era possível, que ele convocaria um Relator para exarar o Parecer.

Nós colocamos as contas do Governador em discussão. O Deputado Gilney Viana usou de um dispositivo regimental, e a Presidência o atendeu, por achar de muita propriedade e achar que ele tinha usado exatamente o artigo pertinente a essa questão. Então, nós achamos por bem retorná-la à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para uma nova discussão, abrindo a discussão para o Deputado Zé Carlos do Pátio, inclusive.

A Presidência poderia, Deputado Gilney Viana, de acordo com o Regimento Interno, ter submetido a Questão de Ordem de V. Ex<sup>a</sup> ao Plenário, e o Plenário teria derrubado o pedido de V. Ex<sup>a</sup>, porque nós éramos maioria.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Então, a Presidência tem procurado ser o mais democrático possível, e eu quero aqui colocar que os próprios Deputados não contribuem para que o Presidente possa conduzir, de acordo com o Regimento Interno, as Sessões. Por exemplo, Deputado Humberto Bosaipo, nós temos encontrado obstáculos na delimitação dos tempos de fala. Tem sido difícil controlar. Termina o tempo de fala do Deputado e é angustiante e constrangedor o Presidente ter que ir ao microfone duas ou três vezes para dizer: Deputado, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> terminou. Ao soar a campainha, informando o término do horário, o Deputado tem que, logicamente, dizer: “Muito obrigado. Está encerrado o meu tempo, eu volto a falar em outra oportunidade”.

Nós temos procurado, de uma forma muito democrática, não constranger a fala do Deputado e, às vezes, deixamos seguir por um, dois minutos. O Deputado Emanuel Pinheiro fazia aqui um pronunciamento contra o Governador, a respeito do "caso Ômega". Ele falou sete minutos, tendo direito a um tempo de três minutos, e a Presidência permitiu que ele falasse.

Então, nós temos procurado ser democráticos. Agora, logicamente, ao final de todo o semestre, Deputado Joaquim Sucena, não tem como controlar a Ordem do Dia. As matérias chegam à Mesa Diretora e, às vezes, o tempo é tão corrido que não se reúne o Colégio de Líderes. Por exemplo, esta semana não se reuniu o Colégio de Líderes, porque havia uma prioridade estabelecida na reunião anterior. Qual a prioridade? A prioridade é a votação da LDO. Quando a LDO entrar em votação aqui, Deputado Amador Tut, todas as demais matérias não serão prioridade - nós estabelecemos isso aqui. Enquanto a LDO não entrar, todos os Projetos, com Pareceres, sejam eles do Poder Executivo ou de autoria dos Srs. Deputados, vão sendo votados. E isso tem funcionado ao longo dos anos. Porque infelizmente o Regimento Interno diz que, ao final de cada Sessão, o Presidente tem que comunicar a Ordem do Dia da próxima Sessão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio (FALA DE SUA BANCADA) - Artigo 212.

O SR. RIVA - Exato. V. Ex<sup>a</sup> sabe o Artigo.

E é impossível se fazer isso ao final de uma Legislatura, onde se aprova dispensa de pauta das matérias votadas em 1<sup>a</sup> discussão e, no outro dia, imediatamente a matéria chega com o Parecer da Comissão. Nós temos matérias tramitando em urgência urgentíssima e elas têm que ser colocadas imediatamente na Ordem do Dia para serem votadas.

Então, eu não quero aqui tirar a minha responsabilidade nessas questões da votação de algumas matérias que não foram discutidas no Colégio de Líderes, mas quero dizer do dinamismo que tem a ação parlamentar dentro do Plenário, que muitas vezes exige da Presidência uma decisão imediata. E eu quero reafirmar: a minha decisão, ontem, abriu a discussão. Se eu tivesse usado a prerrogativa do Regimento Interno de decidir ou de colocar a decisão para o Plenário, eu não tenho dúvida...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. RIVA - Eu informo ao Deputado que falta apenas um minuto e meio, aí não dará tempo de completar o meu raciocínio. V. Ex<sup>a</sup> me desculpe. Se fosse uma questão rapidinha, V. Ex<sup>a</sup> poderia usar trinta segundos... Trinta segundos para V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu só quero dizer que assuntos tributários não podem, tem que se respeitar a tramitação normal, não se pode fazer qualquer mudança.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Inclusive na questão regimental, na questão das Sessões e tal tem que ser obedecidos todos os critérios nas questões tributárias. Quero deixar isso claro.

Outra questão é que no Art. 212 realmente diz: “Finda a hora dos trabalhos, ou a matéria a apreciar-se na Sessão, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da Sessão seguinte, na mesma ordem do Inciso IV do Art. 207”.

O SR. RIVA - Eu agradeço a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>. Eu já me havia pronunciado a respeito disso.

Então, eu quero fazer um apelo aos Srs. Deputados: a partir de hoje, com a LDO em Plenário - e se for preciso nós vamos suspender a Sessão para receber o Parecer -, a prioridade é a LDO, vamos votar a LDO, porque se não votarmos a LDO até o dia 30 de junho, nós vamos ter que voltar e dizer para toda a imprensa mato-grossense, para toda a sociedade mato-grossense por que não apreciamos o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, que a Constituição nos obriga a apreciar até o dia 30 de junho.

Eu já afirmei aqui, todos os Deputados têm direito ao seu recesso, até para ter condições maiores de visitar as suas bases, mas temos também que seguir a Constituição e apreciar esse Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias até a data do recesso.

Então, eu faço aqui esse apelo aos Srs. Deputados: que nós votemos a partir de agora a LDO. As demais matérias saem da prioridade e nós vamos dar prioridade absoluta à LDO.

Agradeço a compreensão, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Benedito Pinto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao Deputado Benedito Pinto, esta Presidência registra com satisfação a presença de alunos do NPOR, do Batalhão Laguna, à Assembléia Legislativa, participando do Programa Por dentro do Parlamento, acompanhados por Oficiais Instrutores, o Capitão Márcio Santos e Silva, o Tenente Anselmo Torres Fernandes Neto e o Tenente Ricardo de Andrade Cerazes.

Queremos aqui agradecer a presença dos Senhores. Sintam-se à vontade. Isso é mais uma demonstração de que nós estamos vivendo em nossa Pátria, em nosso País, um grande momento e que acima de tudo a democracia prevalece e é uma grande demonstração os Senhores estarem aqui visitando esta Casa de Leis.

Concedo a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Ilustre Presidente Pedro Satélite, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a suspensão da Sessão por quinze minutos, para podermos nos reunir com a Bancada do PMDB, uma vez que, como Relator da LDO, nós havíamos prometido aos Deputados do PMDB que traríamos uma resposta baseada em levantamentos. Nós já fizemos isso hoje, juntamente com o Deputado Eliene, desde 07:00 horas da manhã.

Então, nós estaremos à disposição, durante quinze minutos, da Bancada do PMDB, para discutirmos alguns avanços e a contribuição que o Partido pode dar à LDO. Solicito, portanto, de V. Ex<sup>a</sup> a suspensão da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado Benedito Pinto. Está suspensa a Sessão por quinze minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 10:00 HORAS E REABERTA ÀS 11:00 HORAS, SOB A DIREÇÃO DO DEPUTADO RIVA.)

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito aos Srs. Deputados que atentem para a Ordem do Dia.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, solicitando cópia do Contrato nº 051/97 e aditivos, se os tiver, firmado com a Associação de Ensino Profissional-ASSEPRO, bem como do processo licitatório.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, solicitando cópia dos Contratos nºs 074/97 e 026/97 e seus aditivos, firmados com a empresa Araraúna Turismo Ecológico Ltda.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, solicitando cópia do Contrato de Prestação de Serviço 022/98 e aditivos, firmados como Instituto de Pesquisas do Centro-Oeste Ltda.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Hermes de Abreu, solicitando cópia do Contrato de Prestação de Serviço 032/98 e todos os seus aditivos, firmado com a Petropaulo Comércio e Derivados Ltda.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Parecer favorável da Mesa Diretora que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

Concede licença aos Senhores Deputados para ausentarem-se do País no decorrer do segundo semestre de 1999.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder licença aos Senhores Deputados Roberto Nunes, Nico Baracat, Romoaldo Júnior, Humberto Bosaipo, Eliene, Riva, Moacir Pires, Wilson Teixeira Dentinho, José Carlos Freitas, Joaquim Sucena, Benedito Pinto, Alencar Soares, Hermínio J. Barreto, Amador Tut e Rene Barbour, para ausentarem-se do País no decorrer do segundo semestre de 1999.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente.

Justificamos aos Srs. Deputados que o Deputado não fará, necessariamente, alguma viagem; essa autorização é de caráter preventivo, caso haja necessidade de uma viagem de última hora.

Em regime de urgência urgentíssima, Projeto de Lei nº 105/99, Mensagem nº 17/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de uso de imóveis de domínio público estadual, incidente sobre a faixa em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural, e dá outras providências.

Convoco o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em exercício, Deputado Benedito Pinto, para reunir-se em plenário e emitir Parecer ao referido Projeto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Deputado Riva, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, a Comissão encontra-se reunida e a matéria já está em regime especial, com três votos favoráveis e um voto contrário à tramitação, passo a colher o voto do Deputado Joaquim Sucena, membro efetivo da Comissão, que votará contra o Relator ou juntamente com o Deputado Emanuel Pinheiro, que vota de forma separada.

O SR. JOAQUIM SUCENA (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em mãos Projeto de Lei nº 105/99, Mensagem nº 17/99, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de uso de imóveis de domínio público estadual, incidente sobre a faixa em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural e dá outras providências.

Sr. Presidente da Comissão, apesar dos votos favoráveis de três membros desta Comissão e o voto em separado do Deputado Emanuel Pinheiro, eu venho aqui dar o meu voto contrário ao do Relator, e em apoio ao voto em separado do Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Deputado Riva, a Comissão emitiu Parecer favorável, com três votos a favor e dois votos contra.

Eu solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, antes de colocar em votação o Parecer favorável da Comissão, suspenda a Sessão por dez minutos, porque, como membro do Bloco Parlamentar, a pedido do nosso Líder, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, nós precisamos de, pelo menos, dez minutos de suspensão da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou suspender a Sessão por dez minutos e vou, novamente...

O Sr. Rene Barbour (FALA DA SUA BANCADA) - Discordo da suspensão da Sessão e peço que coloque a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Rene Barbour discorda da suspensão da Sessão e pede que se coloque a matéria em votação.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, eu acho que não fui bem entendido, eu suspendi a Sessão na Comissão por dez minutos. Eu acho que isso não depende...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado Rene Barbour, a Comissão estava reunida, não devolveu o Projeto e suspendeu a Sessão por iniciativa do Presidente. Portanto, a Sessão está suspensa por dez minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 11:11 E REABERTA ÀS 11:19 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Em discussão, Projeto de Lei n° 105/99, Mensagem n° 17/99, que dispõe sobre a concessão do uso de imóveis de domínio público estadual, incidente sobre a parte em que será construído o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilney Viana. Informo que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

O Sr. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, a Mensagem n° 17, de autoria do Poder Executivo, pretende que a Assembléia Legislativa autorize o Executivo a ceder imóveis, é uma concessão de uso, de imóveis do patrimônio público estadual à empresa Gasocidente do Mato Grosso Ltda., que constrói o gasoduto Bolívia/Mato Grosso.

Qual é o problema? O Problema é que existem erros e vícios de juridicidade no Projeto. *Data venia*, a Comissão de Constituição e Justiça não observou essas particularidades. Quando se trata de qualquer concessão de uso de patrimônio público, o objeto da concessão tem que ser determinado, tem que ser relatado circunstanciosamente, de tal forma que os seus limites sejam precisos, sua localização seja adequada e o seu uso bem definido.

Nesse caso, Líder do Governo, não estão precisos a localização, os limites, a quantidade das terras cedidas e sequer os direitos dos contratos que, eventualmente, serão fixados pelo Executivo e a Empresa Gasocidente.

Então, trata-se de uma autorização em aberto, em que o Executivo pode fazer ou deixar de fazer segundo seu bel juízo, ou seja, é um gesto de liberalidade que a Assembléia Legislativa estaria concedendo ao Executivo, que eu, se fosse Governador, não gostaria de tê-lo, porque colocaria sob os meus ombros a atividade legislativa, aliás, parece que esse é o vício, que o cachimbo do arbítrio está tomando conta da boca do Palácio Paiaguás.

Então, nós encaminhamos contrário ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e pretendemos derrubá-lo. Não obstante, a questão do mérito pode ser até objeto de uma apreciação favorável, na medida em que o gasoduto pode ser importante para a economia mato-grossense, pode viabilizar energia mais limpa do que o diesel, de menor impacto do que grandes usinas hidrelétricas e pode ter um custo menor.

Agora, tem uma coisa, o Governo Estadual tem que perder esse vício de monitorar a Assembléia Legislativa e transferir os seus erros e seus comportamentos juridicamente inadequados para nós, em função dos seus interesses. É confesso que houve um acordo com a *ENRON*, de que no dia 1° de junho, já estamos entrando no 1° de julho, o Governo já estaria liberando as terras públicas para a passagem do gasoduto.

É por isso que o Governo tem pressa, e nem sempre o Governo tem pressa para fazer concessão de uso de terras públicas, quando o projeto é de outra natureza, inclusive ambiental, haja vista o Projeto de Gleba Divisa, para o qual ele quer autorização - é um Projeto autorizativo, mas ele desqualifica os projetos autorizativos de origem da Assembléia Legislativa -, haja vista que os projetos de concessão de terra necessariamente, particularmente se extrapolam o limite legal e constitucional de 2.500 hectares, se eu não estou equivocado, e eu acho que não estou, porque o Deputado Jair Mariano está confirmando, exigem uma autorização expressa, com limites determinados pela Assembléia Legislativa, como mandam as Constituições Federal e Estadual.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Agora, eu pergunto o seguinte: e se as terras públicas aqui concedidas ultrapassarem o limite de 2.500 hectares? Torna-se uma lei inconstitucional de fato, e que vai ser derrubada, se isso ocorrer, no Tribunal de Justiça, ou, eventualmente, até num recurso na Suprema Corte, objeto de uma ADIN-Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Então, eu acho que o comportamento apropriado do Executivo e da Liderança do Governo, Deputado Alencar Soares, V. Ex<sup>a</sup> que é Vice-Líder do Governo, é retirar o projeto, identificar as terras públicas pelas quais passará o gasoduto, delimitá-las, fixar a área que será objeto da concessão e não fazer uma concessão em aberto, porque, de repente, nas terras privadas, o gasoduto vai usar o limite de segurança - sei lá - de trinta metros das suas margens, e das terras públicas? Na medida em que não é fixado, pode ser um quilômetro, pode, inclusive, atingir patrimônios culturais, ambientais, arqueológicos, sítios, áreas protegidas por ação legal, e que não estão caracterizados aqui. Aliás, algumas entidades ambientalistas questionam se o gasoduto não fere patrimônio natural, particularmente na área em que ele ultrapassa do alto pantanal. E isso tudo aqui não está qualificado.

Então, eu acho que a pressa é inimiga da perfeição. Acho que o Governo está perseverando no erro e quer nos obrigar a assumir um erro que vem de origem - e a origem é lá no Palácio Paiaguás.

Então, eu aconselharia a Liderança do Governo, Deputado Rene Barbour, Deputado Alencar Soares, a retirar da Pauta para que o Governo proceda de forma adequada. Se quer fazer concessão à *ENRON*, faça nos limites da lei. Se quer fazer concessão de uso de terras públicas, que faça de forma discriminada, com as coordenadas, como se faz nos Projetos que passam pela Comissão de Terras e Meio Ambiente.

Quando é para um assentamento, para um projeto de assentamento, as coordenadas são bem fixadas, os limites são claros; agora, quando é para uma multinacional, os limites são em aberto. Quer dizer, são dois pesos e duas medidas. E é por isso que eu acho que falta juridicidade e, se bobear, constitucionalidade no Projeto original da lavra do Governo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao Deputado Gilney Viana que faltam dois minutos e trinta segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Eu concederia o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas regimentalmente não é possível.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu deixo para que V. Ex<sup>a</sup> complete o seu raciocínio.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, pode parecer picuinha, mas não é. Em verdade, o Governo é useiro e vezeiro em criticar as iniciativas do Legislativo, dizendo que elas têm vício de inconstitucionalidade, de ilegalidade, de antijuridicidade, de falta de competência, o Governo é useiro e vezeiro.

Agora, quando ele incorre em inconstitucionalidade, antijuridicidade, ilegalidade, vício de competência, ele não argúi os argumentos que ele apõe, que ele contrapõe aos Projetos de iniciativa do Legislativo. Ao contrário, ele quer que o Legislativo legitime os atos que, da parte dele, são verdadeiramente inconstitucionais. É por isso que este

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Projeto de Lei, se for aprovado, pode ser derrubado no Tribunal de Justiça, pode ser objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade.

Então, eu sugeriria ao Governo, no sentido até de contribuir para a sua faina legislativa, para a sua fome legiferante, para a sua atitude atribiliária, para a sua falta de compostura diante do Legislativo, para a sua falta de consideração, de respeito à soberania do Legislativo, que ele se redima dos seus erros.

Nós, que somos de uma civilização cristã-ocidental, damos esse crédito àqueles que querem se arrepender. Ainda é tempo, Dante de Oliveira!

Sou pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de dez minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero ser bem sucinto, até porque eu não teria o poder de argumentação que o Deputado Gilney Viana demonstrou aqui hoje na discussão desse projeto. Eu entendi a preocupação do Deputado Gilney Viana, é uma preocupação com a questão ambiental, a questão da preservação. E o que está faltando nesse projeto - que a Oposição não é contra, até porque é importante o desenvolvimento -, o que a Oposição está questionando é o detalhamento, a especificidade do projeto, critérios, normas, para esclarecer como será a ocupação dessas áreas públicas com o gasoduto.

O que a Bancada de Oposição quer aqui - eu, o Deputado Gilney Viana, a Deputada Serys Slhessarenko e outros Deputados - é justamente que detalhemos melhor, coloquemos, inclusive, as coordenadas, ou então alguns critérios de como o Governo vai, por exemplo, fazer o trajeto do gasoduto nas áreas públicas, como será esse trajeto, quais são os critérios desse trajeto, se ele vai ferir o meio ambiente ou não... Eu acho interessante, mas nós não podemos dar um cheque em branco para o Governo.

Vejam bem, muitas vezes há áreas ambientais que vão ser cruzadas, que são áreas do Governo. E daí? Vão ser cruzadas e ainda vão ser cruzadas por si só... Vai ficar mais barato para a *ENRON* atravessar no meio de uma área ambiental do que muitas vezes dar uma volta. Mas, futuramente, para o meio ambiente vai ser pior fazer esse trajeto que, muitas vezes, a *ENRON* quer, porque vai ter mais lucro, vai ter mais vantagem, sem fazer uma avaliação mais profunda da preservação ambiental, podendo até degradar o meio ambiente futuramente.

Vamos supor, nós temos hoje parques e reservas ecológicas, se a *ENRON* resolve... Qual é a menor distância entre dois pontos? É uma reta. A *ENRON* resolve fazer com que o gasoduto atravesse, através de uma reta, um parque ecológico. Tudo bem, vai atravessar o parque ecológico. E as conseqüências ambientais disso? O que vai acontecer? Realmente a menor distância entre dois pontos é uma reta, mas muitas vezes é necessário fazer uma curva para preservar um determinado meio ambiente.

Sr. Presidente Riva, eu vou dar o exemplo de uma emenda que nós poderíamos colocar, que eu acho que era interessante - uma das emendas -, por exemplo, o trajeto do gasoduto tinha que passar por uma discussão com a FEMA e com a Secretaria de Meio Ambiente. Nós não podemos só votar um cheque em branco, porque a empresa só vai fazer o trajeto do gasoduto em cima dos interesses dela, em cima da lucratividade dela, sem ver a preservação ambiental que Mato Grosso precisa.

Então, eu acredito que a Oposição está vendo com bons olhos, realmente, o Projeto. É importante vir essa termelétrica para cá, mas é importante também que a lei não fique de forma genérica, que ela crie algumas especificidades.

Quero parabenizar o Deputado Benedito Pinto e o Deputado Silval Barbosa, que discutiram uma nova Lei da Pesca aqui, em que foram criados critérios e meios para preservar o meio ambiente. Era isto que eu queria na questão do gasoduto: valorizar a lei na sua essência, mas discutir a questão ambiental, a questão do trajeto, a questão de alguns critérios, de como vai ser conduzido, porque a *ENRON* pode criar o trajeto que ela quiser, não vai passar pela Secretaria de Meio Ambiente ou pela FEMA, quer dizer, poderá haver degradação do meio ambiente. É essa a preocupação da Oposição.

Deputado Benedito Pinto, V. Ex<sup>a</sup> que vem defendendo a questão do meio ambiente, vem defendendo a questão do pescador, que olha as questões ambientais, inclusive, o futuro de Mato Grosso vai ser justamente essa nossa defesa do meio ambiente, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uma reflexão profunda sobre isso. Nós estamos avançando, entramos em lutas incansáveis em defesa do meio ambiente e por um desenvolvimento ordenado deste Estado de Mato Grosso.

Eu acredito que agora é o momento de nós fazermos uma reflexão e um debate sobre isso. Sugiro até a realização de uma audiência pública sobre esse assunto. Na verdade, não podemos aprovar o projeto na sua essência, como ele está, porque não vai haver uma discussão ambiental do assunto, não vai haver uma discussão com a Secretaria de Meio Ambiente, não vai haver discussão de nada, quer dizer, o Governo decreta e pronto!

É também essa a preocupação, meus caros Deputados, a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por que a Bancada do PMDB apresentou um Projeto Substitutivo? Para que nós tenhamos o controle do Orçamento do Estado de Mato Grosso em nossas mãos. Nós não podemos dar um cheque em branco, nós não podemos liberar para o Governo dotações orçamentárias em aberto!

Então, eu quero aqui parabenizar V. Ex<sup>as</sup> por essa discussão. Quando esse Projeto de Lei vier para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, eu vou pedir vista para que nós possamos fazer uma discussão e apresentar emendas profundas. Por quê? É um Projeto importante? É! É bom para o Estado de Mato Grosso? É! Mas nós temos que ver a questão da preservação ambiental.

Outro dia eu parabenizei o Deputado Humberto Bosaipo por ter criado vários parques ecológicos e por estar defendendo essa tese. Mas sei lá, se em um desses parques ecológicos passar o gasoduto, toda essa nossa luta pela preservação ambiental poderá ser ferida devido a uma decisão do Governo de atravessar um parque ecológico desses. Eu acho que tem que haver uma discussão ambiental sobre esse assunto.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, quero aqui pedir para V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Benedito Pinto, que é um verdadeiro maestro aqui na questão pública, na defesa do meio ambiente - e pedir como um direito regimental -, a retirada desse Projeto da Ordem do Dia, para envolver a Secretaria de Meio Ambiente e a FEMA nesse Projeto, porque eu acho que é fundamental. Eu acho que nós temos que discutir esse Projeto de forma madura e V. Ex<sup>as</sup> podem contar com o apoio da Bancada da Oposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Antes, porém, eu informo ao Deputado Zé Carlos do Pátio, de acordo com o § 2º do Artigo 317 do nosso Regimento Interno, que “Só se concederá segunda

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

vista da matéria urgente numa mesma fase de sua discussão, se o pedido tiver o referendo da unanimidade das lideranças e a aprovação de quatro quintos dos manifestantes”. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> só poderá pedir vista se tiver a unanimidade das Lideranças e a aprovação de quatro quintos.

Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que dispõe de dez minutos.

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - O Deputado Zé Carlos do Pátio nos citou como defensor... Realmente, Deputado, nós defendemos...

Eu quero sugerir a V. Ex<sup>a</sup>, que é membro efetivo da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que a partir do momento em que a matéria for para a sua Comissão, V. Ex<sup>a</sup> poderá pedir vista e apresentar as emendas que V. Ex<sup>a</sup> achar necessárias ao Projeto.

Então, nesse período V. Ex<sup>a</sup> terá tempo regimental para fazer isso. É o que eu estou sugerindo a V. Ex<sup>a</sup>. Então a minha contribuição para V. Ex<sup>a</sup> é nesse sentido.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu pedi à Comissão de Constituição e Justiça até para enriquecer mais a discussão, e até demonstraria um desprendimento da Bancada do Governo na busca de um caminho melhor para esse Projeto. Agora, se V. Ex<sup>a</sup> tem essa idéia, pode ter certeza de que nós vamos pedir sim.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de completar a resposta ao Deputado Zé Carlos do Pátio. Já foi concedida uma vista ao Deputado Emanuel Pinheiro e o Projeto já se encontra com Parecer, portanto, não podemos conceder vista nesta fase. V. Ex<sup>a</sup> poderá fazê-lo na outra Comissão.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que dispõe de dez minutos.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, assistência:

Sr. Presidente, eu não quero aqui ser o dono da razão, mas quero, regimentalmente, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que consulte a Consultoria Técnico-jurídica da Mesa, V. Ex<sup>a</sup> que é conhecedor do Regimento Interno, pois, se não me falha a memória, um membro da Comissão de Constituição e Justiça ainda tem direito a um pedido de vista. Ontem, praticamente me foi concedida vista, de forma errada, porque ainda não havia sido dado o Parecer na Comissão. O Parecer foi dado hoje. Estando hoje em plenário sendo exarado esse Parecer, um membro da Comissão pode solicitar a vista, sim.

Agora, quanto à questão do mérito do Projeto e à questão do Bloco Autonomia. Primeiro ponto, o Bloco Autonomia quer deixar bem claro aqui que apóia o Governo. Vai apoiar o Governo e tem compromisso com o Governo, mas não irá apoiar, de maneira nenhuma, projeto que não passe pelo Bloco. O Projeto de Lei chegou aqui às 14:00

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

horas, às 20:30 horas, e está sendo votado no plenário o pedido de urgência urgentíssima sem se discutir com o Bloco Autonomia. Aí se fere o meu direito de ir para a urna pedir voto e o meu direito como Deputado nesta Casa de não votar um projeto sem conhecê-lo.

Eu quero deixar bem claro ao Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, e ao Vice-Líder do Governo, Deputado Alencar Soares, que o Bloco Autonomia quer discutir todos os projetos, principalmente um Projeto desta envergadura. Quando Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá fui o maior idealizador da concessão para a *ENRON* ficar em Cuiabá, porque a *ENRON* estava indo embora de Cuiabá e o Prefeito Roberto França, naquele momento, me chamou e pediu-me que reunisse a Bancada e votasse em caráter de urgência urgentíssima a instalação da *ENRON*, com o incentivo do Município de Cuiabá, da Capital, e nós assim fizemos. Agora, há várias situações hoje... Se diz até que tem um cartório montado para elaborar as escrituras dessas áreas e que isso já está até sendo feito. E nós precisamos tirar a questão dessa área de domínio público do Estado. Se existe atravessador, ele tem que sair. Não se pode, de maneira alguma, deixar que isso aconteça.

Eu quero deixar bem claro que antes de se votar essa matéria, tem que se chamar a *ENRON*, ou seja lá quem for, para discutirmos o mérito, porque é uma matéria polêmica. Fala-se do meio ambiente e fala-se de muitas situações que nós estamos acompanhando hoje a respeito do gasoduto.

O Congresso Nacional da Bolívia, para aprovar essa concessão, demorou um ano e seis meses. E nós, num espaço de setenta e duas horas, vamos votar dessa maneira. Temos que discutir com o Governo, temos que discutir com a *ENRON*, temos que discutir com a Bancada, com a Oposição, com quem quer que seja, mas fazer um projeto que possa, sim, beneficiar todo o Estado de Mato grosso, não tirando os direitos adquiridos, principalmente desses proprietários das áreas ambientais.

Nós não queremos radicalizar de maneira alguma. Temos posição de votar com o Governo, sim, mas eu acho que o momento é de o Governo retirar esse Projeto de Pauta, para que ele possa assim, regimentalmente, voltar numa discussão maior que essa questão que está aí hoje.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Gilney Viana.

O Sr. Gilney Viana - Deputado Wilson Teixeira Dentinho, com a sua concessão, passo a apartear-lo. V. Ex<sup>a</sup> falou da atitude do Governo boliviano, e eu quero aproveitar esse gancho para apor mais um dado a respeito disso.

A empresa que constrói o gasoduto no território boliviano foi obrigada a pagar *royalties* e a fazer um fundo para compensar em parte as populações tradicionais. Então, se a *ENRON* quer fazer a coisa bonitinha aqui no Brasil, vamos conversar.

Nós queremos, Deputado Zé Carlos do Pátio - V. Ex<sup>a</sup> vai ter oportunidade de apor emendas na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária -, colocar uma contrapartida. São empresas bilionárias! Então, nós estamos pedindo compensações mínimas, nós queremos que seja criado um fundo, pago pela *ENRON*, como compensação pelo uso de terras públicas, para que seja aplicado em áreas contíguas, ambientais, com as populações ribeirinhas ou tradicionais pantaneiras, onde se sofrer o impacto da obra.

Eu acho que é o mínimo. Fala-se, à boca pequena, que o Governo do Estado fez um acordo com a *ENRON*, um acordo que não é legal, está fora da lei, não no sentido da ilegalidade, quer dizer, não está expresso em lei, de que a *ENRON* estaria obrigada a construir

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

o parque da cidade, lá na Mãe Bonifácia, viabilizar a Mãe Bonifácia. Fala-se que vai viabilizar isso e aquilo.

Ora, eu acho ótimo que se tire dinheiro da *ENRON* para viabilizar o Parque da Mãe Bonifácia. Mas há que - o Governo está cedendo, está disposto a ceder -, eu espero, superar os vícios de inconstitucionalidade e antijuridicidade que existem na lei...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Gilney Viana - ...á sim, nós podemos apor, porque foi isso que lá na Bolívia ocorreu, não só demorou-se e mastigou-se bem para poder deglutir o Projeto, mas também foram exigidas compensações. Eu acho que não é desarrazoado, não. Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> lembrou um aspecto muito importante, que nós complementamos com essa de obrigar a *ENRON* a compensar financeiramente as populações tradicionais de um meio ambiente que, eventualmente, será danado com o gasoduto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho que restam três minutos para encerrar seu pronunciamento.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Para encerrar o nosso pronunciamento, Sr. Presidente, nós queremos deixar bem claro que somos favoráveis, e muito, ao gasoduto, sempre fomos. Agora, enquanto Parlamentar, vamos discutir todas as matérias, principalmente essa questão do meio ambiente, aqui neste plenário.

E quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu gostaria que a Consultoria Técnico-Jurídica se pronunciasse sobre o pedido de vista, ou algum membro da Comissão de Constituição e Justiça, porque para mim, no meu entender, regimentalmente ainda há possibilidade, sim, de pedir vista e reestudar melhor a matéria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Nilson Leitão - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Nilson Leitão, que já estava inscrito. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos. Em seguida, a Deputada Serys Slhessarenko.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não vou precisar de todo esse tempo. Eu quero concordar com as preocupações de todos os Deputados que se pronunciaram aqui antes de mim, mas também deixar claro a todos os Deputados que esse Projeto de Lei se encontra na Casa desde o dia 02 de junho, todos os Deputados têm conhecimento disso, e já é uma luta de tantos anos. E Mato Grosso é o primeiro Estado do Brasil a trazer o gasoduto. Quer dizer, estamos há vinte e cinco dias, praticamente, com esse Projeto dentro da Casa, e agora a preocupação começou a aparecer aqui na tribuna.

Eu quero louvar a preocupação de cada Deputado em relação ao meio ambiente, mas o Artigo 2º é claro quando diz que: “A concessão de uso será formalizada mediante contrato, onde deverá, expressa e obrigatoriamente, ser especificada a delimitação dos imóveis a serem utilizados para a construção do gasoduto, os prazos e condições do ajuste, bem como os direitos e obrigações do Estado de Mato Grosso e da Gasocidente de Mato Grosso Ltda.”.

Os Senhores acham que, de acordo com a lei ambiental, colocada de maneira internacional, principalmente dentro do Brasil, em Mato Grosso, que se encontra na Amazônia Legal, vai se fazer algo fora da política ambiental ditada pelo mundo? Todos os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

estudos feitos até agora para que o gasoduto venha para Mato Grosso não foram colocados aleatoriamente.

Eu acho que devemos também respeitar o que foi estudado até agora, buscando informações em relação a isso. Será que não houve nenhum estudo realmente, como foi colocado aqui? Será que não foi criado nenhum critério? E, fora isso, a importância que esse gasoduto representa para Mato Grosso e para todo o Brasil, porque doravante o Estado deixa de ser importador e exportador com a vinda do gasoduto para Mato Grosso, a riqueza que isso vai trazer para o povo mato-grossense, o que trouxe de emprego, o que vai trazer de indústria....

Então, eu acho que os prós não estão sendo colocados. Eu quero realmente respeitar e dizer que tem que ser discutido. E há vinte e cinco dias esse projeto está dentro desta Casa. Eu gostaria realmente que houvesse...

(A DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO FALA FORA DO MICROFONE.)

O SR. NILSON LEITÃO - A Deputada deseja me apartear ou está apenas aguardando o tempo?

Quero dizer aos nobres Deputados que se cada um mensurasse a importância desse projeto, talvez a discussão até diminuiria. Eu tenho certeza de que até alguns Deputados de Oposição concordam com isso. E quero dizer que se passar em parques, em reservas ecológicas, com certeza vai passar dentro dos limites da lei ambiental. Com toda certeza eu falo isso.

O Sr. Gilney Viana - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputado.

O SR. NILSON LEITÃO - Permito o aparte ao Deputado.

O Sr. Gilney Viana - V. Ex<sup>a</sup> concorda que nós possamos, primeiro, corrigir os defeitos e, segundo, que nós possamos criar um fundo alternativo compensatório pelos danos que possa causar o gasoduto, tanto para investimentos ambientais, mitigatórios dos seus efeitos, como para as populações tradicionais que eventualmente possam ser prejudicadas.

Eu já não diria corrigir os defeitos que estão na Lei. O Artigo 2º, que V. Ex<sup>a</sup> cita, fala que o contrato de concessão de uso vai determinar os limites. Mas, veja bem, isso é autorização em aberto. O contrato não é lei, é um instrumento das partes. Então, eu acho que a boa técnica legislativa fala o seguinte: quando se faz concessão de uso de um bem público, tem que defini-lo, tem que qualificá-lo, tem que determiná-lo, tem que determinar suas coordenadas, sua localização, e isso não é feito. Quer dizer, isso é um vício. Tal como está o Artigo 2º é apenas uma transferência para o Executivo fazer o que legalmente, o que constitucionalmente cabe à Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para concluir, quero dizer que é lógico que os Deputados de Oposição têm todo o direito de colocar em xeque, em dúvida, o que o Governo vai fazer com o contrato, é um direito que lhes assiste, mas nós, da Bancada do Governo... Eu tenho certeza, e quem acompanhou sabe que se discute gasoduto há anos.

Eu gostaria que os Deputados de Oposição tivessem em mãos essas preocupações, já colocadas no papel, porque não se começou a discutir o gasoduto hoje. Agora, eu acho que começar a discutir a partir do momento em que se vai colocar em votação, seria colocar empecilho até para o desenvolvimento que se espera e que o Estado está precisando no dia-a-dia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Eu quero dizer, Srs. Deputados, que essa urgência urgentíssima se prega também pelo desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e, acima de tudo, do seu povo, que espera isso acontecer há tantos anos. É uma vitória conquistada! Tem que colocar isso como uma vitória conquistada! O gasoduto em Mato Grosso é uma grande vitória, é um sonho realizado! Espero que seja ponderado desta forma. Era isso, Sr. Presidente.

A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes de conceder a palavra à Deputada Serys Slhessarenko, para discutir, esta Presidência coloca em votação o Requerimento de prorrogação da presente Sessão até às 13:00 horas. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, essa questão, eu não estava querendo entrar neste debate...

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Não. Eu não estava querendo. Se eu quisesse, já tinha entrado bem mais cedo, no dia de hoje. Porque eu já discuti tanto *ENRON*, mas tanto, os Deputados da Legislatura passada devem lembrar, nós tivemos problemas sérios, amanhecemos o dia aqui, até às 05:00 horas, discutindo *joint venture*.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - É meio parecido, se não é bem assim que pronuncia, é mais ou menos.

Sempre... Aliás, é um vício amaldiçoado deste "Executivo de plantão". As pessoas não conseguem entender, quando chegam no Poder, que elas estão temporariamente no Poder, que não são os donos do Estado de Mato Grosso, não são os proprietários deste Estado. Eles estão temporariamente no Governo. Eu costumo chamá-los de "Governo de plantão". E o Sr. Dante de Oliveira tem demonstrado uma capacidade tão grande de querer ser o mandatário-proprietário deste Estado! Cada matéria que vem para cá, a forma como as Mensagens vêm para cá, de última hora, de forma ditatorial, a forma como ele encaminha a discussão na própria Bancada, porque nós sabemos que a Bancada senta lá para discutir com ele e vem para cá, como dizem na gíria, para "tratorar". Isso não é de hoje, foi o Governo passado inteiro, e agora não está se diferenciando em nada.

Quando chegou essa usina aqui, todo mundo sabe, o que significa essa "termo"... Essa "termo" era uma sucata lá na Europa, que veio para cá, vendida a bons preços. A quantidade de óleo que precisa, o desgaste para tocar essa "termo", o desgaste das nossas estradas, enfim, é um prejuízo atrás do outro para o Estado de Mato Grosso. Eu não estou nem falando ainda em meio ambiente, eu ainda não cheguei lá, apesar de que, de certa forma, o desgaste das coisas que eu já falei abrange também o meio ambiente de forma quase que permanente...

O Sr. Moacir Pires - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Já concederei, nobre Deputado.

São concessões e mais concessões. Eu aqui não estou falando em concessão de energia, eu estou falando em concessões que o Governo faz, uma atrás da outra, só porque é uma grande empresa, é uma multinacional, que está aí e, como é useiro e vezeiro neste País, o poder do capital internacional mandar e desmandar, por que seria diferente aqui em Mato Grosso?

Concedo o aparte ao nobre Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Muito obrigado, nobre Deputada.

Ouvindo hoje os debates aqui na Assembléia e até os elogios que a Oposição vem conquistando, em busca de melhorias para o nosso Estado, e sobre o discurso do Deputado Nilson Leitão, o que a *ENRON* vai trazer de transformações para o nosso Estado muito nos importa. O que nós não podemos, Parlamentares desta Casa, sem discutir, sem ver o Projeto, sem saber por onde vai passar a tubulação do gasoduto, é dar uma carta branca ao Governo para que ele possa doar as suas terras à *ENRON*, sem sabermos que vantagem o Estado vai ter sobre isso.

Por isso, na Assembléia Legislativa, no papel de Oposição de alguns Parlamentares aqui, nós queremos, sim, ver qual o projeto, por onde vai passar e quais são as terras que o Governo vai dar à *ENRON*. Nós não temos nada contra, mas queremos saber o que o Governo vai levar de vantagem nisso. Por isso a Oposição quer discutir junto com a *ENRON*, junto com o Governo do Estado, quais são as terras.

Eu quero pedir a posição aqui do nosso Partido, o PFL, do Deputado Emanuel Pinheiro, como nosso Líder de Oposição, do Deputado Romoaldo Júnior, para que nós possamos sentar junto com a Oposição e ver esse projeto da *ENRON*, por onde vai passar, que terra vai ser doada, que vantagem o Governo do Estado vai levar em cima disso. Porque a *ENRON*, nós sabemos que é de grande importância para nosso Estado, não queremos prejudicar. Queremos, sim, que não seja dado nada de graça, e nós sabemos que tem firmas já prontas para pagar as pessoas por onde está passando a tubulação. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Deputado Moacir Pires, excelente o seu pronunciamento, extremamente apropriado. Nós iríamos chegar nessa sua fala, mas vamos passar essa parte, ela foi tão apropriada que não precisa nem ser repetida.

Agora, dos Deputados aqui, não é nem direito, Deputado, de saber, é obrigação, é dever, é competência, é função, é papel nosso defender o Estado de Mato Grosso. E não porque, simplesmente, chega, queremos, é assim, não tem delimitação, os Deputados que aprovem, e vamos que vamos, tem que ser rápido e imediato. Isso não existe! Nós queremos discutir, vamos discutir e não vamos aprovar. Não vamos aprovar! Eu não dou “cheque em branco” para Dante de Oliveira, aliás, não dou “cheque em branco” para ninguém, muito menos para quem eu não confio! Eu não confio no Governo Dante de Oliveira e não dou cheque em branco! Esse aqui é mais um dos tantos! Aliás, muitos já foram dados por este próprio Parlamento, por maioria, com nosso voto contrário. Mas este eu espero que nós tenhamos condições de fazer maioria aqui, para não permitirmos a aprovação desse Projeto da forma como ele está.

Eu apoio o posicionamento daqueles Deputados que querem esclarecimentos sim! É dever nosso, é obrigação nossa, não reivindico mais nem menos direito, porque a população de Mato Grosso terá que nos cobrar, terá que nos cobrar, por onde passarmos, pelas ruas ou pelas estradas do interior, terá que cobrar. Chega, chega de concessões! Se doa, se doa, se doa, e cada vez se perde mais, cada vez o Estado continua em prejuízo. Por quê? Por que é uma grande empresa? Pode ser que a proposta seja ótima, mas que venham a nós e nos expliquem, ou então nós não somos Poder. E se não somos Poder, o que estamos fazendo aqui? Que venham aqui e nos digam, nos expliquem. Eu não dou “cheque em branco”, voto contra, vou protestar e vou mobilizar a sociedade para que cobre dos Deputados, por onde andarem.

Que história é essa! Que confiança inabalável é essa que não precisa de explicações, de amarrações, para se aprovar este Projeto.

E tem mais, este Projeto chegou aqui há vinte dias, vinte dias é pouquíssimo tempo! Se nós achamos que precisamos de mais tempo, vamos fazer valer o nosso Poder e vamos exigir.

Se houve estudos, se há estudos feitos pela *ENRON*, demonstrando que está tudo bem com relação a essa questão, que venham nos explicar, que tragam ao nosso conhecimento, queremos conhecer o estudo, fazemos questão de conhecê-lo. Vamos sentar e vamos discutir, mas não vamos aprovar, em hipótese alguma, da forma como está aí. E isso, meus Senhores, não é brincadeira, agora é um estudo para a questão das terras por onde passará a tubulação - isso da forma como já foi aprovado aqui.

Então, não é fácil, é uma situação extremamente delicada, difícil. Aí começam com aquele jogo, aquele jogo muito mal feito, mafioso mesmo, dizem assim: “Não, os Deputados não querem que o gasoduto chegue até Mato Grosso, até aqui ou ali, não querem.” Não é nada disso, é uma mania de vir dizer logo: “São contra. O problema da energia elétrica em Mato Grosso se faz necessário que chegue o quanto antes, mas tem um grupo de Deputados que é contra.”, para ver se alugam o ouvido da população contra a Oposição.

Senhores da Situação, vamos fazer um jogo limpo, o jogo da transparência, o jogo da discussão franca e aberta, da negociação séria. Vamos fazer esse jogo, não o jogo da tentativa de jogar o povo contra a Oposição, para ver se a Oposição recua e a Situação faz toda sorte de desmando que está desejando fazer.

Muito obrigada. O tempo acabou, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de dez minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero discutir favoravelmente ao Projeto. Vou justificar minha posição, apesar de ser membro da Oposição nesta Casa.

Eu represento, há dois mandatos, parte da região da Grande Cáceres, notadamente os Municípios de Porto Esperidião, Glória d'Oeste, Salto do Céu, Jauru, regiões onde o gasoduto vai ter a sua entrada. Eu ouvi aqui as diversas manifestações e preocupações ambientais, com as quais eu concordo em gênero, número e grau, principalmente com relação às colocações do Deputado Gilney Viana, que é um *expert* nesse assunto, e ele sabe, também, que para se construir um gasoduto desses, mesmo sendo aprovada uma concessão, há que se apresentar um Relatório de Impacto Ambiental- RIMA, e as normas ambientais são internacionais, porque a concorrência é internacional, a empresa é internacional - e nesse aspecto o primeiro mundo está na nossa frente.

Agora, eu sou originário de uma região onde eu gostaria imensamente que chegasse, pelo menos, um gasoduto. Eu estive nesse último final de semana na região do Baixo Araguaia. Eles estão pedindo pelo amor de Deus para o Governo mandar para lá um motor de luz de 180KVA. É uma região onde não se tem condições de instalar uma máquina de cereais, porque não tem energia, não tem progresso, não tem desenvolvimento, não tem estrada Eu acho que ponte agora vai ter, porque ontem eu visitei a Rivori e vi concretamente o trabalho

daquela empresa. E um dos primeiros pedidos que eu fiz ontem ao Dr. Novelli, que é um ex-Deputado desta Casa, foi a ponte sobre o Rio Xavantinho - aqueles que já foram a São Félix do Araguaia de carro conhecem.

Eu quero dizer o seguinte: a discussão está muito pequena com relação à importância da obra. Obviamente, os Srs. Deputados Estaduais são os fiscais da Lei, e a preocupação do Estado e da Assembléia é legítima, mas o que nós estamos aprovando aqui é apenas uma concessão. E tem mais um aspecto aqui, o Presidente da República já publicou no *Diário Oficial da União*, no dia, se não me falha a memória, já publicou no *Diário Oficial da União* o roteiro desse gasoduto... Está aqui, abril de 99. Então, essa discussão de que não se sabe por onde vai passar o gasoduto... As coordenadas geográficas estão no projeto.

Esse gasoduto, Sr. Presidente, não importa de que empresa seja, ele é importante para o desenvolvimento do Estado, eu torno a repetir. Acabei de receber uma ligação de um líder daquela região, vai ser, junto com a FERRONORTE, a ferrovia que aporta agora em Alto Taquari, vai ser para nós um impulso muito grande no Estado de Mato Grosso. Eu acredito neste Estado, acredito no desenvolvimento.

É claro e óbvio que, aqui diz bem sinteticamente... A Lei é bem clara e diz que o contrato entre essa empresa que se chama GASMAT-Gasocidente Mato Grosso Ltda... “As propriedades particulares localizadas em Mato Grosso, no trecho compreendido entre o Municípios de Cáceres e de Cuiabá, e que já contêm as coordenadas geográficas dos imóveis, nas quais o gasoduto será construído, terão, obrigatoriamente, que ser fiscalizadas pelo Estado.”

É óbvio que nós não podemos, a pretexto de alguma desconfiança, deixar de votar uma matéria como essa, que eu considero importante.

Eu quero dizer ao meu Líder, Deputado Emanuel Pinheiro, publicamente a minha posição em relação ao Projeto. Sou favorável ao desenvolvimento, ao progresso. Agora, se houver alguma maracutaia, alguma negociação, obviamente que o papel nosso é discutir, ir atrás, fiscalizar e denunciar.

Eu sugiro, inclusive, que nós possamos aqui... Já há a Comissão de Minas e Energia, da qual fazem parte os Deputados Rene Barbour, Jair Mariano, Silval Barbosa, Joaquim Sucena e Pedro Satélite, que a Assembléia Legislativa já autorize essa Comissão a acompanhar *pari passu*, desde a aprovação do Projeto até a entrada do gasoduto, e que a Assembléia não fique alheia a um assunto tão importante como esse.

Então, a minha posição, quero comunicar ao Líder do meu Partido, é favorável ao Projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de dez minutos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, ainda estamos na fase de discussão do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, da qual sou Membro Titular. Inclusive, no caso desta Mensagem nº 17/99, do Poder Executivo, eu dei um voto em separado, acompanhado do brilhante Deputado Joaquim Sucena, em que mostramos não o mérito da questão, mostramos a nossa preocupação com este vício, esse desleixo para com o Poder Legislativo, que o Governo teima, Mensagem após Mensagem, postura após postura, regar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, também, após ouvir o grande Deputado Humberto Bosaipo, que nós estamos nos opondo, neste momento, a essa iniciativa, apesar de também sermos favoráveis ao progresso e ao desenvolvimento de Mato Grosso, mas que se faça dentro dos limites da Lei, da moralidade, da constitucionalidade e daquilo que nós entendemos ser - como Poder Legislativo, como representantes eleitos pelo povo - o melhor para o Estado ou não...

O Sr. Alencar Soares - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Deixe-me, pelo menos, discorrer meu raciocínio, para V. Ex<sup>a</sup> pode apartear Deputado. V. Ex<sup>a</sup> nem sabe o que eu vou falar ainda.

O Sr. Alencar Soares - Se for possível, eu espero.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Só um minutinho, eu concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup> daqui a pouco.

Então, Sr. Presidente, eu me preocupo quando vejo uma certa benevolência do Poder Legislativo em entregar tudo de mão beijada para o Governo do Estado, como se nós fôssemos meros avalizadores, como se agíssemos *ad referendum*. Essa Assembléia deveria ser *ad referendum*. Vamos só referendar. Vamos dizer sim ou não. É esse o mero papel histórico do Poder Legislativo no quadriênio Dante de Oliveira.

Eu acho que seria, talvez, essa a melhor definição nossa, caso persistam os Deputados do Governo nesta ótica caolha de tentar sempre imputar à Oposição uma postura anti Mato Grosso, quando na verdade somos nós que temos uma postura pró Mato Grosso.

Como é que nós podemos, Sr. Presidente, conceder a um Governo que não respeita liminar, não respeita mandado judicial, não respeita decisão, não respeita sentença, não respeita nada, como é que nós podemos aprovar uma Mensagem em que ele pede a independência de licitação, para autorizar à Gasocidente de Mato Grosso Ltda. o uso de imóvel de domínio público por onde vai passar o gasoduto.

Inclusive, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu fui um dos Deputados que mais debateu, ao lado do Deputado Humberto Bosaipo, na época, essa mudança da matriz energética de Mato Grosso, que sairia da água, que é o nosso grande potencial natural, para, no caso, o óleo diesel e depois o gasoduto.

Então, o mérito da questão, se é bom ou não é bom para o Estado de Mato Grosso, nós vamos discutir no momento oportuno.

Agora, nós não podemos entregar para este Governo "inconfiável", para este Governo que tem várias ações na Justiça contra medidas que o levam, inclusive, Deputado Alencar Soares, à improbidade administrativa, como é o caso de uma que está sendo discutida nesta Casa, com relação ao famigerado "caso Ômega".

Eu acho que, no mínimo, o Governo deveria ceder, sentar com a Oposição, sentar com o próprio Governo, que não concorda inteiramente com essa proposta, e, no mínimo, amarrar esse Artigo 2º, exigindo que a concessão do uso que eles querem seja formalizada por contrato, seja avalizada perante lei, discutida e votada na Assembléia Legislativa.

Isso seria o mínimo que a Oposição, Sr. Presidente, poderia ceder no intuito de não parar aquilo que já é irreversível, que é o gasoduto Bolívia/Brasil, que vai dar - se Deus quiser - a independência energética para a nossa região.

Ouçõ, com prazer, o Deputado Alencar Soares.

O Sr. Alencar Soares - Deputado, eu agradeço pelo aparte.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não vou entrar no seu debate e nem falar do "caso Ômega", nem de nada, eu só quero aqui aproveitar essa oportunidade para falar com toda sinceridade que nós, do Vale do Araguaia, temos a honra de ter um Deputado como o Deputado Humberto Bosaipo, 1º Secretário desta Casa, que é um Deputado - e eu não estou falando isso para pôr graveto em V. Exª, porque V. Exª não precisa - de três mandatos, um dos Deputados de maior futuro político do Estado de Mato Grosso. Essa oposição que V. Exª faz é que o Brasil e que Mato Grosso precisam, uma oposição de resultado, uma oposição que pensa no futuro de Mato Grosso. Eu quero, em nome do Governo, agradecer esse apoio que V. Exª está nos dando hoje. Muito obrigado.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Deputado Alencar Soares, o seu aparte, que foi uma apologia ao Deputado Humberto Bosaipo, foi muito bonito. Agora, eu acho que o Deputado deve se preocupar com o seu elogio. Se V. Exª o criticasse, eu acho que ele ficaria mais satisfeito, como foi apologia...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao orador que dispõe de três minutos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu peço permissão para conceder trinta segundos para a maior revelação desta Legislatura, o Deputado Zé Carlos do Pátio. Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Pois não.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Concedo o aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Emanuel Pinheiro, eu quero dizer que foi graças à Oposição que nós conseguimos muito avanços neste Estado, neste semestre, como o aumento da arrecadação. Se não fosse a denúncia de corrupção da "máfia da madeira", do frigorífico, das máfias que estão acontecendo aí, V. Exª acha que nós aumentaríamos em 10% a arrecadação do Estado? Essa redução dos impostos da energia rural e do IPVA foi uma atitude da Bancada de Oposição, porque se dependesse da Bancada do Governo, ela ficaria calma, quieta, sentada, aceitando tudo como está. Então, parabéns, Deputado! V. Exª vem fazendo um trabalho muito bom como Líder da Oposição.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Muito obrigado.

Então, Sr. Presidente, nós não somos contra o progresso e o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, estamos abertos ao diálogo, estamos prontos para nos sentar com a Bancada Governista, desde que ela, em primeiro lugar, se una - ela está desunida com relação a esta matéria -, e, em segundo lugar, que admita negociar uma Emenda ao Artigo 2º, onde vamos obrigar que este contrato para concessão de uso passe por este Parlamento, para nós referendarmos ou não este contrato de concessão de uso. A partir daí, eu acho que V. Exªs, do Governo, estariam preocupados com Mato Grosso. Estariam, sim, preocupados com o progresso e desenvolvimento do nosso Estado.

Esta é a nossa posição. Por isso justificamos nosso voto em separado, Sr. Presidente, artigo por artigo, mostrando o porquê do nosso voto em separado contra o Parecer do Relator, o nobre Deputado Benedito Pinto. E espero que o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, tenha a sensibilidade histórica do papel que lhe é peculiar, de comandar as votações de Governo, sempre espinhosas, como essa, e sente-se com a Oposição para que possamos votar este Projeto, hoje ainda ou dentro de alguns dias, de acordo com aquilo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

deseja a sociedade mato-grossense. Aqui nós não somos *referendum* do Poder Executivo, mas sim Deputados com legitimidade para emendar, alterar e mudar propostas, desde que sejam do interesse do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, eu tenho uma preocupação por se tratar de investimento em infra-estrutura para o nosso Estado, investimento de tão grande importância, como é a questão energética, mas também o que mais nos preocupa são os investimentos na área de infra-estrutura de estradas e rodovias.

E eu não quero discordar do Deputado Gilney Viana e tampouco do nosso Líder, Deputado Zé Carlos do Pátio, que já se manifestou contrário a esse projeto, mas eu gostaria de ter a compreensão do Deputado Zé Carlos do Pátio e dizer que eu tenho uma preocupação muito grande, porque aqui no Ofício - que eu, inclusive, eu gostaria de ler - diz o seguinte: "Tendo em vista que dia 1º de julho próximo foi definido o programa para o início da construção do gasoduto, trecho no Estado de Mato Grosso, solicito a V. Exª que o presente projeto de lei seja apreciado em regime de urgência, conforme autorização do Artigo 41 da Constituição Estadual".

Eu não quero, Sr. Presidente Riva, que amanhã ou depois, se essa obra não for iniciada dia 1º, ser julgado pela sociedade, pelo povo de Mato Grosso, que foi a Assembléia Legislativa, que o meu voto tenha impedido tão importante obra vir para o nosso Estado.

E eu me atenho aqui ao pronunciamento do Deputado Humberto Bosaipo, que foi muito feliz, porque nós temos condições de fiscalizar essa obra sim, Deputado. E não só sugiro, como quero pedir aos nobres Pares que essa Comissão realmente apoie e vá fiscalizar essa obra. Eu quero aqui...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Exª me concede um aparte, nobre Deputado.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Só um minuto, Deputado, que eu vou conceder o aparte a V. Exª.

Quero aqui me manifestar e já estou determinado, eu votarei a favor desse projeto, atendo-me a essa preocupação, Sr. Presidente, porque poderá... E com certeza essa obra não vai ser iniciada no mês que vem, e nós corremos esse risco, porque nós sabemos da importância. Só eu sei a dificuldade que nós passamos aqui ao longo desses vinte anos, quando nós tínhamos falta de energia em nosso Estado. É uma matéria muito complexa, eu sei que tem que ser discutida, mas nós temos tempo ainda para discutir. Em 1ª discussão, eu vou votar a favor.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero dizer, nobre Deputado Pedro Satélite, que V. Exª, da forma como fez seu discurso, está dando a sensação que a Bancada da Oposição é contra o projeto no seu *totum*. Isso não foi o que nós colocamos. Nós só queremos mudanças na lei. Agora, V. Exª faz um discurso dizendo o seguinte: "Pelo bem de Mato Grosso, eu vou votar sim..."

Eu quero fazer uma pergunta a V. Exª: O Governo está cumprindo todas as determinações judiciais que o Tribunal de Justiça deu a ele, por exemplo, para o pagamento de precatórias e tudo? Agora, V. Exª não está... V. Exª dá um "cheque em branco" para ele e vem dizer que nós vamos fiscalizar depois? Se ele não está cumprindo nem aquilo que estão

exigindo dele, imagine depois que nós aprovarmos! É o que está acontecendo com a LDO, é o que vai acontecer nesta questão, Deputado, da *ENRON*.

Agora, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> dá a sensação do seguinte: "Eu vou votar pelo bem de Mato Grosso, pelo desenvolvimento de Mato Grosso..." Ora, algum dia o Deputado Gilney Viana foi contra o bem de Mato Grosso e contra esse Projeto? O Deputado Gilney Viana não me disse isso, nem o Deputado Emanuel Pinheiro, nem a Deputada Serys Shessarenko, nós somos a favor desse Projeto, Deputado!

Se nós queremos mudanças no Projeto, para haver uma fiscalização melhor, um procedimento melhor, eu acho que é bom para o Parlamento, é bom para fiscalizar. O nosso papel aqui qual é? Fazer leis e fiscalizar! E nós temos que fazer leis, emendas que possam atender condignamente. Agora, aprovar do jeito que está, é que nós não podemos aprovar. É essa a minha avaliação.

Eu quero deixar bem clara a posição da Bancada de Oposição aqui, é isso que eu quero colocar. Quero que os Deputados da Bancada de Oposição olhem para mim... Eu não entendi, ninguém é contra esse projeto. Ninguém é contra esse projeto! Quer dizer, se nós formos fazer Oposição aqui acatando os projetos, no seu *totum*, para dizer que é pelo bem de Mato Grosso... Desse discurso eu estou cansado! Se é pelo bem de Mato Grosso, nós não podemos aprovar um monte de cheques em branco para o Governo. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Desculpe-me a franqueza, V. Ex<sup>a</sup> vem fazendo um grande trabalho pelo Estado de Mato Grosso, é por isso que estamos nesta luta da LDO, mas nós precisamos ser um pouco mais flexíveis em algumas questões.

Não podemos correr o risco, já deixei claro aqui - e a sociedade vai entender dessa maneira... Se nós discutirmos essa questão aqui, se fizermos mais uma emenda e a levarmos, vamos entrar no recesso e esse Projeto de Lei não vai ser aprovado, vai passar o recesso, vai atrasar esta obra trinta dias.

Eu quero aqui reafirmar que nós temos condições, sim, e vamos fiscalizar, nem que nós tenhamos que ir lá na obra enquanto estiver passando, proteger o meio ambiente, dizer que ali não pode passar, ou fazer um movimento, chamar, ao longo dessa obra, a população. "Aqui não pode passar porque tem uma reserva", aqui é isso, aqui é aquilo, que desvie por lá, que vá mais cem, duzentos quilômetros, isso é problema da empresa, que por sinal é de iniciativa privada.

Então, eu quero dizer aqui que nesta matéria eu vou votar a favor e não vou concordar com o que V. Ex<sup>a</sup> colocou aqui. E não vou justificar porque também não tenho obrigação de justificar o meu voto a V. Ex<sup>a</sup>. Vou votar a favor porque sempre deixei claro que tenho independência neste Parlamento, voto a favor dos interesses do meu Estado e daquilo que eu penso que é certo e correto.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Nilson Leitão.

O Sr. Nilson Leitão - O que quero deixar claro, Deputado Pedro Satélite, além de enaltecer as suas palavras, é que o que está se discutindo, o que a Oposição está colocando - e eu quero concordar -, é que eles realmente concordam com o Projeto, mas eles estão colocando em xeque exatamente as intenções do Governador e a idoneidade do Governador.

Então, tem que ficar bem claro que o Projeto é excelente para todos, todos os Deputados disseram a mesma coisa, mas o que está sendo colocado em xeque, realmente, é se o Governador é confiável ou não. Eu acho que esse não é o caminho, porque realmente não tem nada a ser discutido no Projeto, ao contrário, ele só tem a somar para o nosso Estado, e a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

desconfiança em relação ao Governador fica a critério de cada um, e o povo já provou por duas vezes que confia nele.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Eu agradeço o aparte e não vou discutir o mérito da desconfiança em relação ao Governador. Se ele estiver errado, cabe a nós usarmos a tribuna e denunciarmos, como está sendo feito em todas as ações, em todas as questões.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Rene Barbour.

O Sr. Rene Barbour - Muito obrigado, nobre Deputado, mas eu vou me inscrever.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Pois não, nobre Deputado.

Então, eu encerro as minhas palavras aqui, Sr. Presidente, dizendo que o meu voto é favorável. Muito obrigado.

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse impacto ambiental não pode ser debatido com esse radicalismo que pretendem o Deputado Gilney Viana, a Deputada Serys Shlessarenko e outros Deputados aqui.

Vejam bem, Mato Grosso é um Estado que tem a sua economia sustentada em produtos primários, ninguém pode contradizer isso.

O Deputado Gilney Viana discute a proibição da expansão da fronteira agrícola porque agride a natureza, porque vai acabar com o cerrado, que não produz nada, um cerrado que não cria nada e tampouco produz oxigênio, porque são cerrados secos. O PT discute a reforma agrária, e eu não sei se pode haver reforma agrária sem aumentar a nossa fronteira agrícola. Como é que se faria, como é que se colocaria esse homem que precisa de um pedaço de terra sem derrubar mais a mata, sem abrir mais cerrado?

Os Deputados de Oposição cobram o desenvolvimento do Estado no setor de Educação, no setor de Segurança, criticam a malha viária, o Poder Judiciário cria mais Comarcas e o Ministério Público pede a nomeação de mais promotores. Pede-se um maior efetivo da Polícia Militar. Sem criar renda, eu perguntaria, Sr. Presidente, como é que nós arcaríamos com essas despesas se o Estado não estivesse se desenvolvendo? Se a nossa fronteira agrícola, eu volto sempre a repetir, não estivesse sendo aumentada para termos mais grãos para vender, para criar mais empregos, que tanto as esquerdas defendem, e defendem muito bem, porque sou um Deputado favorável à criação de empregos.

Fala-se muito em impacto ambiental numa hora em que nós temos consciência, Deputado Gilney Viana, que jamais sairemos da condição de Estado subdesenvolvido, baseado somente em produtos primários.

Quando se vislumbra aqui o gasoduto que irá fornecer energia para que nós industrializemos o nosso Estado, estão se apegando para saber onde é que passará esse gasoduto, como se fosse provocar um terremoto. É uma coisa tão simples. Ele pode acompanhar uma rodovia, a lateral de uma rodovia. O Projeto diz apenas de propriedade de domínio público do Estado. O Estado não tem tanta propriedade assim. Naturalmente que para a *ENRON* atravessar uma propriedade particular, e isto está inserido em nossa Constituição Federal, o direito de propriedade, ela terá que pagar, ela terá que desapropriar. E nós temos órgãos que vão fiscalizar o impacto ambiental, se houver. O que farão esses

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

defensores se se prorrogar mais a aprovação dessa autorização, é estar prestando um grande desserviço ao Estado...

É energia elétrica, Sr. Presidente, que nós falamos aqui permanentemente! A energia elétrica, que Mato Grosso hoje é comprador, ele terá a oportunidade de vender para outros Estados. Nós devíamos estar festejando aqui a chegada da *ENRON*, uma das maiores firmas mundiais neste setor, que faz exigências para vir para Cuiabá com esse gasoduto - ela faz também as suas exigências ao Governo. Que nós tenhamos as nossas exigências, mas eles precisam se assegurar também da viabilidade desse investimento, um investimento muito grande, Sr. Presidente.

E neste ponto eu faço um apelo aos Srs. Deputados: que se discuta isso, mas que se aprove esta Mensagem. Qual seria a opinião pública se a imprensa amanhã publicasse que a Assembléia Legislativa derrubou uma autorização para que aqui chegasse o gasoduto, sem explicações, porque todas as explicações que se deu até agora aqui, dos opositores desta Mensagem, não convenceram.

A chegada da energia elétrica fala mais alto que todas as argumentações que se usou aqui para obstruir a aprovação desta Mensagem.

Faço um apelo à Oposição, que também tem responsabilidade na condução dos destinos deste Estado, porque legislar não é só criticar, legislar não é só falar mal do Governo, Líder do PFL, legislar é produzir também melhorias para a população deste Estado, que lhe confiou este mandato, que o trouxe à Assembléia Legislativa.

Faço um apelo e agradeço a posição tomada pelos Deputados Humberto Bosaipo, Pedro Satélite, Nico Baracat, Romoaldo Júnior. Nós cumprimos com a nossa obrigação de legisladores, aprovando esta Mensagem do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Gilney Viana, que dispõe de cinco minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, para encaminhar contra o Parecer.

O nó górdio do Projeto, nobre Deputado Rene Barbour, é que ele não especifica as concessões de uso, ou melhor, as terras que são objeto de concessão de uso. Diferentemente do Decreto da Presidência da República, que especifica as terras que serão objeto de desapropriação, ou de contrato de servidão, ou declaração de servidão.

Observe que o Decreto, em anexo, o número dele aqui está apagado... O Decreto de 09 de abril coloca claramente quais são os limites das terras e ainda coloca o seguinte: "faixa de terreno da largura de 30m..." Quer dizer, ele especifica claramente quais são os terrenos objeto de desapropriação, parcial ou total, ou sob regime de servidão de passagem a ser usado pela Gasocidente de Mato Grosso Ltda., a GASMAT.

O nosso Governador, não obstante ser da escola do Presidente da República, ele é um mau aluno, porque ele copia tudo pela metade...

A Sr<sup>a</sup> Deputada Serys Silhessarenko (FALA DE SUA BANCADA) - Ele superou o Presidente.

O Sr. Gilney Viana - ...ele é mau aluno em termos de elaboração da Lei, porque ele deveria incorporar o que o Presidente da República fez e determinar onde, esse é o objeto do Projeto aqui, implicava terras públicas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O Sr. Roberto Nunes (FALA DE SUA BANCADA) - Ele está ensinando o Presidente Fernando Henrique Cardoso!

O Sr. Gilney Viana - Diz o Deputado Roberto Nunes que o Governador está ensinando o Presidente da República.

A Sr<sup>a</sup> Deputada Serys Slhessarenko (FALA DE SUA BANCADA) - A fazer coisa mal feita.

O Sr. Gilney Viana - Por isso que é improcedente esse Projeto de Lei, porque o objeto da concessão de uso não é determinado, é esse o vício original desse Projeto de Lei.

Eu digo que nós não devemos aprová-lo tal como ele está, poderíamos até, por uma picuinha da Oposição, por um gesto de não querer endossar o Governo, votar contra em quaisquer circunstâncias, mas não ficar aqui atormentando a situação com esse tipo de argumento, que pode ser sanado. Essa é a primeira questão e a principal.

A segunda é que há muita benevolência por parte do Governo do Estado ao ceder suas terras sem nenhuma contrapartida, quando o Presidente da República, ao colocar como objeto de utilidade pública aquelas terras privadas, colocou claramente que pode ser objeto de contrapartidas. Então, nós não precisamos ser mais generosos que o Presidente da República com a *ENRON*. Nós poderemos votar contrapartidas também à *ENRON*, à Gasocidente, para que ela crie um fundo de compensação aos municípios, se for o caso - é uma forma -, às populações ribeirinhas, se for o caso, pelas terras ou pelo impacto social ou ambiental da aplicação do projeto.

Então, é por esse sentido que não há impertinência da nossa parte ao argüir que o projeto tem vícios, e com tais não deve ser aprovado.

E eu argumento mais: o Governo é muito rigoroso quando o projeto é da lavra de um Deputado, quando se diz que é projeto autorizativo; muito rigoroso quando algum Deputado quer fazer concessão de uso ou transferência de patrimônio público para privado, ou da escala estadual para a escala municipal do Poder público. Então, por isso tudo nós devemos ser rigorosos com o Sr. Governador. Temos que ser rigorosos, sob pena de leniência, sob pena de estarmos coniventes com uma má aplicação do recurso público e, no caso aqui, do patrimônio público.

Diante disso, Sr. Presidente, eu peço que seja negado, que seja derrubado o Parecer, para que ele seja, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos que encontra-se esgotado o tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. GILNEY VIANA - E peço voto contrário ao Parecer.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação o Parecer. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Eu gostaria que os Srs. Deputados ficassem em suas Bancadas, porque facilita ao 1º Secretário a identificação correta dos votos para que não haja nenhuma dúvida posteriormente.

São contrários ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça os Srs. Deputados: Joaquim Sucena, Gilney Viana, Zé Carlos do Pátio, Serys Slhessarenko, Emanuel Pinheiro, Nico Baracat.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

São favoráveis ao Parecer os Srs. Deputados: Rene Barbour, Silval Barbosa, Nilson Leitão, Hermínio J. Barreto, Eliene, Benedito Pinto, Romoaldo Júnior, Pedro Satélite, Amador Tut, Roberto Nunes, Jair Mariano, Alencar Soares e Humberto Bosaipo.

Portanto, seis votos contra e treze votos favoráveis ao Parecer.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Permita-me pedir uma interpretação de V. Exª sobre a tramitação do Projeto.

V. Exª fala que este Projeto vai à 2ª discussão. Eu questiono se ele vai ser submetido ou não à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com certeza.

O SR. GILNEY VIANA - Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito aos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária que tragam à Mesa Diretora a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para iniciarmos a sua discussão.

Informo aos Srs. Deputados que a partir de agora, antes de iniciarmos a discussão da LDO, eu não coloco mais nenhuma matéria em discussão.

O Sr. Gilney Viana - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, permita-me formular uma Questão de Ordem sobre a atitude da Presidência e, por extensão, da Mesa quanto ao mandado de segurança individual nº 2.094, exarado pelo Relator Desembargador Jurandir Castilho, em 22 de junho de 1999, que concede uma liminar, manda cumprir o Artigo nº 19 da Lei nº 1.079/50, a partir da provocação feita pelo Deputado Emanuel Pinheiro a respeito do caso que, de uma forma, vamos dizer assim, um pouco jocosa, ficou conhecido como "caso Ômega".

Eu questiono V. Exª e formulo o seguinte questionamento: se V.Exª recebeu o Ofício nº 469/99, assinado pelo Desembargador Jurandir Florêncio Castilho, que notifica a Assembléia Legislativa na pessoa do Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Acabamos de recebê-lo, Deputado.

O SR. GILNEY VIANA - Então, eu questiono V. Exª quanto ao procedimento da Presidência, da Mesa Diretora, diante do recebimento do mandado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrando a Ordem do Dia, nós vamos ler o procedimento, que é longo, porque eu não posso parar a Ordem do Dia para ler essa notificação. E aí, sim, nós vamos tomar uma providência, e eu comunicarei V. Exª.

O SR. GILNEY VIANA - Aceito o encaminhamento de V. Exª e aguardo. Muito obrigado.

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, ontem eu pedi vista ao Projeto de Lei nº 71/99, Mensagem nº 11/99, de autoria do Sr. Governador do Estado, que dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna, e dá outras providências. Já estou inteirado do assunto e devolvo o Projeto de Lei a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE - Indago os Presidentes da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e da Comissão de Constituição e Justiça se a LDO já está apta para que seja iniciada a sua discussão...(PAUSA).

Convido o Colégio de Líderes para uma reunião, ao final desta Sessão, para discutirmos o final do período legislativo até o dia 30 de junho, uma vez que entendo que duas Sessões na quarta-feira serão insuficientes para a votação da LDO, então, nós queremos discutir sobre a convocação de Sessões Extraordinárias nesse ínterim.

O Sr. Eliene - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, solicito mais cinco minutos para a entrega da LDO, haja vista que desde a manhã de hoje estamos discutindo com a equipe econômica, com a Bancada do PMDB, para chegarmos a um entendimento. Então, daqui a cinco minutos nós estaremos entregando a LDO à Presidência.

O Sr. Nico Barocat - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Barocat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, de acordo com entendimento feito com o Deputado Benedito Pinto, autorizado pelo Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, pelo Vice-Líder, Deputado Alencar Soares, e pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, como membro dessa Comissão, o Substitutivo do PMDB, já apresentado nesta Casa, seria transformado em emendas. Como essas emendas não estão todas aptas a vir para plenário, seria discutido e votado o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e assim que for para a 2<sup>a</sup> discussão, para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, nós teremos tempo hábil para apresentar outras emendas, fruto do entendimento com o Deputado Benedito Pinto.

Então, o encaminhamento dado aqui pelo Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Eliene, seria um Parecer em conjunto das duas Comissões, o que vai ferir o acordo feito no encaminhamento das emendas que foram transformadas ainda na noite de ontem, até hoje, até agora, que estão sendo elaboradas. Eu gostaria de um esclarecimento com relação a isso: será votado hoje o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e será encaminhado à 2<sup>a</sup> discussão, ou já será um Parecer das duas Comissões?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós só vamos votar, naturalmente, em 1<sup>a</sup> discussão, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Logicamente, as duas Comissões se reuniram conjuntamente para facilitar a análise do Projeto, mas nós vamos votar, em 1<sup>a</sup>, na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, o Parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Agora, é bom nós dizermos, Deputado Humberto Bosaipo, que não poderá haver discussão quanto ao tempo para análise da LDO. O prazo que o Projeto foi para a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Comissão de Constituição e Justiça já estourou, e nós tivemos uma tolerância maior que o dobro do prazo dado.

Portanto, eu quero discutir com o Colégio de Líderes exatamente isso. Nós tomamos uma decisão, aqui tem projetos importantíssimos, Lei da Pesca... E V. Ex<sup>as</sup> podem até questionar quanto a eu ser radical, mas não vou colocar em votação nenhum projeto aqui se nós não votarmos a LDO. Nós estamos falando para a imprensa e para Mato Grosso, há 30 dias que nós queremos votar a LDO antes do dia 30. Mais uma vez vamos ter que votar de afogadilho, tendo apenas o dia 30 para discutir e votar essa matéria? Não vamos! Nós vamos marcar Sessão Extraordinária hoje, se o Colégio de Líderes assim o determinar; se não determinar, nós vamos para o dia 30, e se não votarmos dia 30, nós vamos analisar se vamos votar antes do recesso!

Só não quero ser eu o Deputado desmoralizado aqui por não votar a LDO, a Mesa deu todas as condições...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu quero sugerir a V. Ex<sup>a</sup>, que é o Presidente do Colégio de Líderes, porque eu estou observando que esse Parecer não vai chegar aqui a tempo ainda, que fosse interrompida esta Sessão, que V.Ex<sup>a</sup> nos liberasse para almoçar, e marcaríamos uma Sessão Extraordinária para as 14:00 horas, para continuarmos discutindo com mais tempo. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que o raciocínio já está ficando curto dado o avançado da hora.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Requerimento oral de autoria do Deputado Humberto Bosaipo...

O Sr. Nico Baracat - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Eu gostaria, Sr. Presidente, dentro dessa proposta do Deputado Humberto Bosaipo, que nós marcássemos a Sessão Extraordinária para as 17:00 horas.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Nico Baracat...

O Sr. Benedito Pinto - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, eu estou desde as 05:00 horas trabalhando no Parecer, está pronto para começar a discussão, nós estamos devolvendo-o, V. Ex<sup>a</sup> pode convocar Sessão Extraordinária para agora ou para daqui a dez minutos e começar a discutir.

Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> tem que acertar direitinho, porque o tempo já está apertado. Eu acredito que nós não podemos deixar para as 17:00 horas, sendo que nós estamos todos aqui, e tem Deputado que precisa... Nós podemos ter um espaço de tempo apenas para almoçar e, em seguida, retornar para continuar.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo apenas que há Deputados com audiência marcada, inclusive nós temos uma audiência às 15:00 horas, outros têm às 14:30

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

horas, outros às 17:00 horas. Então, eu quero colocar em votação a proposta para a realização de uma Sessão Extraordinária às 17:00 horas.

Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada.

Portanto, fica marcada uma Sessão Extraordinária para as 17:00 horas, para apreciarmos a LDO em 1ª discussão.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shhessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB), Nilson Leitão (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Deixou de comparecer o Deputado Carlão Nascimento, do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania (PSDB).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco uma Sessão Extraordinária para as 17:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio  
Conferida por Regina Céli Arruda.